



Metropolitana

Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento S.A.

Relatório e Contas

2017

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	4
1. INTRODUÇÃO	5
2. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	6
2.1. Enquadramento	6
2.2. Atividade	7
2.2.1. Principais empreendimentos	7
2.2.2. Empreendimentos sob administração direta da SMD	11
3. RECURSOS HUMANOS	17
3.1. Caracterização	17
3.2. Absentismo	19
3.3. Formação Profissional	19
No ano 2017, não foi proporcionada qualquer formação aos trabalhadores da SMD	19
3.4. Responsabilidade Social	20
4. GOVERNO DA SOCIEDADE	20
4.1. Orientações de Gestão	20
4.2. Identificação e Órgãos Sociais	22
4.3. Áreas de Tutela e Síntese Curricular dos Membros Executivos do Conselho de Administração	23
4.6. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais	29
5. PLANO DE INVESTIMENTOS	31
6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	32
6.1. Resultados do Ano	32
6.2. Riscos	38
6.3. Ações/Quotas Próprias	38
6.4. Negócios entre a Empresa e os seus Gestores	38
6.5. Sucursais	38
6.6. Débitos ao Setor Público estatal com Pagamentos em Mora	38
6.7. Situação face à Segurança Social	39
6.8. Eventos Subsequentes	39
6.9. Proposta de Aplicação de Resultados	39
7. PERSPETIVAS FUTURAS	40

7.1. Financiamento	40
7.2. Mercados	41
7.3. Custos	41
7.4. Proveitos	41
7.5. Fusão	41
7.6. Evolução Previsível	42
ANEXO	45
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	46
III. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	52
IV. DECLARAÇÕES LCPA	83

Handwritten marks:
AA
/,
OK

AA

1r

08

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. INTRODUÇÃO

Através do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 4 de agosto, foi criada a Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S. A. (SMD), com objetivo de implementar uma estratégia de promoção das vantagens competitivas e comparativas dos vários territórios locais abrangidos, por forma a atrair o investimento externo, criar condições de confiança favoráveis à sua efetivação e congregar os meios humanos necessários ao desenvolvimento da área de intervenção projetada.

A SMD é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico.

Paralelamente, a partir do momento em que por efeitos das Contas Nacionais, integra o perímetro da Administração Pública Regional como empresa pública reclassificada, a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

É neste enquadramento e em conformidade com as disposições legais e estatutárias, que se submete à apreciação da Assembleia Geral o presente Relatório de Gestão e respetivos anexos, elaborados de acordo com o disposto na lei (C.S.C. artigo 65.º), que procura expor de forma fiel e clara a evolução dos negócios e a situação da empresa Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. durante o ano económico de 2016.

As contas foram elaboradas com base nas demonstrações financeiras, nomeadamente o Balanço e a Demonstração de Resultados, as quais apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC).



2. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

2.1. Enquadramento

A Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA viu a sua atividade em 2017 afetada por um evento:

- I. Em Março de 2017, a cessão da posição contratual das operações de cobertura de risco de taxa de juro que a SMD tinha contratado junto do Banco Santander Totta para a RAM, tendo esta última assumido todos os encargos vencidos e não pagos destas operações o que resultou num proveito extraordinário na ordem dos 16 milhões de euros;

De um ponto de vista mais operacional, em 2017 continuou-se a apostar da racionalização dos custos e na recuperação de receita. Foi adotada uma estratégia pró-activa na procura junto do mercado de novas e melhores soluções para a rentabilização dos *assets da sociedade*, nomeadamente, redefinindo conceptualmente alguns destes ativos para estarem alinhados com a procura do mercado. Esta postura teve já os seus frutos, sendo que a sociedade já recebeu manifestações de interesse para alguns activos com propostas economicamente atractivas.

Ao nível da racionalização dos custos foi feito um trabalho importante de revisão de alguns contratos de prestação de serviços (serviços jurídicos, contabilidade, etc.), que permitiram gerar poupanças significativas em toda a estrutura de custos da empresa.

Em 2017 criou-se a Unidade de Concessões e Arrendamentos com a missão de acompanhar mais de perto todos os contratos geradores de receita, antecipando e prevenindo os incumprimentos e tentando recuperar os valores vencidos numa lógica de pré contencioso.

AA
15
CS

2.2. Atividade

2.2.1. Principais empreendimentos

No quadro 1 encontram-se listados os principais empreendimentos da SMD e respectivas áreas concessionadas com uma breve descrição dos mesmos e informação sobre os contratos em vigor.

Quadro 1 – Principais Empreendimentos

FUNCHAL

Praça CR7



- 9 Concessões (estacionamento; espaços comerciais; unidade hoteleira)
- Gestão direta do espaço da Praça do Mar

A Praça do Mar tem vindo a adquirir um papel importante na atividade cultural e lúdica na cidade do Funchal.

Dada a sua centralidade, a Praça tem sido a escolha para a realização de diversas iniciativas privadas, desde concertos a mostras e concentrações.

Obras Rotunda do Porto



- Obra suspensa

O conjunto de intervenções teve como objetivo a requalificação da zona e a criação de nova acessibilidade ao centro da cidade. Os trabalhos encerram com a reconversão da zona de acesso à área portuária, nomeadamente doca de pescas e ao Entrepósito Frigorífico do Funchal.

Praia Formosa e Promenade



- 1 Concessão (restaurante)
- Promenade

A promenade liga a Praia Formosa à Foz da Ribeira dos Socorridos e à Baía de Câmara de Lobos.

AAA
/.
CS

CÂMARA DE LOBOS

Largo da República / Praça da Autonomia



- 7 Concessões (Estacionamento, Bar, Restaurantes, Comissão Proteção Menores, Direção R. de Pescas, Agência bancária)

A intervenção no Largo da República traduziu-se na reconversão urbanística da praça e núcleo urbano. Tratou-se da reconversão de três núcleos urbanos degradados. O estacionamento com capacidade para 173 lugares serve de apoio ao centro da cidade de Câmara de Lobos.

Piscinas das Salinas



- Contrato CMCL (Piscinas)

Projeto integrado no desenvolvimento da orla marítima do concelho de Câmara de Lobos. Conta com 2 piscinas, rampa de acesso ao mar, instalações balneares de apoio e zona de bar.

Restaurante e Jardim da Trincheira Estacionamento e Praça do Largo São Francisco



- 1 Concessão para exploração de estabelecimento hoteleiro

Espaço sobranceiro às Piscinas das Salinas e em frente ao Largo de São Francisco, onde foi construído um restaurante e jardins públicos, que contam, entre outras, com a transplantação de espécies arbóreas retiradas do Jardim de São Francisco e recriam elementos característicos da arquitetura popular e cultural madeirense como as latadas e as levadas.

No Largo de S. Francisco construiu-se um estacionamento subterrâneo, sendo que a nível da estrada aparece uma praça ajardinada.

O estacionamento vem apoiar a infraestrutura da Trincheira servindo ainda de complemento ao Centro da Cidade com o conseqüente aumento da capacidade de estacionamento.

Centro Cívico Estreito



- Em utilização pela C. M. Câmara de Lobos (biblioteca e exploração do auditório)
- 4 Concessões (Estacionamento; Bar; ISS; loja)

Este empreendimento é constituído por um espaço polivalente destinado a atividades culturais e três espaços comerciais, entre eles um bar. Em outubro de 2006 a Biblioteca Municipal do Estreito de Câmara de Lobos passou a integrar o edifício.

O estacionamento com capacidade para 126 viaturas.

SANTA CRUZ

Aquaparque



- 1 Concessão

Empreendimento composto por zona radical com water slides, pistas rápidas, rio rápido, black hole; Zona de lazer com uma piscina, zona de solário, aqualândia, rio lento, restaurante e bar, esplanada, espaço para eventos e sala para festas de aniversário.

Intervenção Centro do Caniço



- 1 Concessão (Restaurante e Parque de Estacionamento)

Esta intervenção ocorreu num espaço que já era utilizado como estacionamento de superfície, onde foi construído estacionamento subterrâneo com capacidade para 76 lugares e criadas zonas ajardinadas com as respetivas infraestruturas de apoio, nomeadamente um pequeno café com esplanada e parque infantil.

Praia dos Reis Magos



- 4 Concessões e 1 Arrendamento (restaurante, centro de mergulho e gabinetes de arquitetura)

Intervenção complementar à do Governo Regional, nomeadamente à cota a que se encontrava o restaurante e ligação do passeio pedonal existente à frente das unidades hoteleiras. O restaurante antigo deu lugar a um novo, construído a uma cota mais elevada e foi continuado o passeio pedonal; foram feitos trabalhos de recuperação nos edifícios e recuperadas as instalações de apoio às atividades balneares; foram adaptados espaços para desenvolvimento de atividade comercial.

AAA

L
OK

Ribeira da Boaventura



- 1 Concessão (C. M. de Santa Cruz – late Clube)
- Espaço Polivalente - gestão direta SMD
- Parque de Estacionamento concessionado durante os meses de Verão (julho a setembro)

A Sul do Aquaparque, o espaço integra restaurante, áreas comerciais, escritórios e um espaço polivalente.

O estacionamento com capacidade para 215 lugares permite o apoio às intervenções circundantes e ao restaurante e serve igualmente o centro da Cidade de Santa Cruz ao qual está ligado via passeio público.

MACHICO

Fórum Machico



- 4 Concessões (Cartório, imobiliária, clinica dentária, cabeleireiro)
- Em utilização pela C. M. Machico (Biblioteca)
- Estacionamento e auditório com gestão direta SMD

Construído nos terrenos do antigo campo de futebol, o Fórum é constituído por uma praça e por um edifício central onde coexistem uma biblioteca, um auditório polivalente e vários espaços comerciais entre os quais um restaurante e dois cinemas.

Dispõe ainda de um estacionamento subterrâneo com capacidade para 107 lugares servindo de apoio não só a este empreendimento, mas também a todo o Centro da Cidade.

Frente Mar do Porto da Cruz



- 1 Concessão (restaurante)

Com esta intervenção criou-se um conjunto de infraestruturas que visava permitir aos utilizadores da praia terem melhores condições para a sua utilização: balneários, duches, um bar, restaurante, zona de solário e um parque infantil.

O espaço de restauração foi alvo de concurso. Necessita de importantes obras de reposição.

Parque Desportivo de Água de Pena



• Protocolo CMM

Construído sob a pista do Aeroporto o Parque Desportivo de Água de Pena visa a prática desportiva ao ar livre. O espaço central está reservado a exposições e conta com um anfiteatro para a realização de diversas atividades culturais.

O complexo desportivo conta com:

- 7 campos polivalentes
- 1 campo de areia para futebol e voleibol
- 2 campos de Ténis
- 2 campos de Squash
- 3 campos de Padel
- Desportos Radicais e pista de Skate
- Parque infantil
- Ginásio
- Restaurantes, cafés e esplanadas

2.2.2. Empreendimentos sob administração direta da SMD

2.2.2.1. Fórum Machico – Auditório e Salas

O Fórum Machico integra um auditório com capacidade para 238 lugares na plateia e 220 na bancada telescópica, perfazendo 458 lugares. O palco, quando encerrado, constitui uma sala polivalente. Conta ainda com diversas salas de apoio e áreas de exposição.

O Fórum Machico dispõe de duas salas de cinema com 120m² e capacidade para 80 lugares.

Sendo um edifício com características únicas no concelho, alberga, ao longo do ano, inúmeras iniciativas de índole cultural, seja como espaço de exibição de algumas exposições seja como sala de espetáculos e conferências.

Em 2017 foram realizados 53 eventos, o que em média resulta em mais de um evento por semana, no Fórum Machico que geraram uma receita de 16.688€ (acrescido de IVA), com destaque para os eventos desportivos internacionais MIUT - Madeira Ultra Trail 2017 e para o BTT Enduro.

Quadro 2- Atividades no Fórum Machico em 2017

DIA/MÊS	TIPO DE EVENTO	NOME	PROMOTOR
24-Jan	Conferência	Apresentação do Plano Local de Promoção de Proteção dos Direitos das Crianças	Câmara Municipal de Machico
28-Jan	Palestra	Palestra	Jorge António Rodrigues
31-Jan	Festa	10º Aniversário	Cartório Notarial de Machico
03-Fev	Conferência	"(In)Sucesso: uma perspetiva multidisciplinar"	Escola Secundária de Machico
04-Mar	Seminário	"Makeup Session na Madeira"	Tânia Menezes
11 e 12 de Mar	Teatro	4 litro apresentam "A Prima do Outro"	Associação 4 Litro
16-Mar	Conferência	Conversa "A nossa liberdade começa onde podemos impedir a do outro"	Associação ECA - Eventos Culturais do Atlântico
22-Mar	Sessão de Esclarecimentos	"Água de Rega"	Secretaria Regional Ambiente e Recursos Naturais
24-Mar	Espectáculo	Espectáculo de Dança "Les Sylphides"	ADAM - Associação de Dança e Artes da Madeira
26 de Mar	Concurso	Concurso "Jovens Artistas"	Câmara Municipal de Machico
31-Mar	Concerto	Audições dos alunos do Conservatório Núcleo de Machico	Câmara Municipal de Machico
31 de Mar e 1 de Abr	Exposição	Exposição "Robô Brava"	Direção Regional da Inovação, Valorização e Empreendedorismo
02-Abr	Concerto	Ensemble de Acordeões da DSEAM	Câmara Municipal de Machico
08-Abr	Cinema	Filme "O Feiticeiro da Calheta"	Câmara Municipal de Machico
15-Abr	Festival	Festival Curtas Metragens MACHICURTAS	Câmara Municipal de Machico
19 a 23 de Abr	Evento Desportivo	Madeira Island Ultra Trail 2017	MIUT – Madeira Island Ultra Trail
25-Abr	Concerto	"Canções de Abril"	Câmara Municipal de Machico e Associação Grupo Coral de Machico
28 e 29 de Abr	Dança	Espectáculo de Dança "Viver Dançando"	Prestige Dance
02-Mai	Evento Desportivo	BTT Enduro	Freeride Madeira
04 e 05 de Mai	Teatro	Teatro Inclusivo InApto "Gaspar" de Peter Handke	Associação Teatro Experimental do Funchal
08 a 14 de Mai	Evento Desportivo	Enduro World Series Madeira	CCR - Clube Caniço Raiders
18-Mai	Concerto	Dia da Zona Militar da Madeira	Câmara Municipal de Machico
19-Mai	Poesia	Luar da Poesia	GTM
20-Mai	Exposição	XI Colóquio do Mercado Quinhentista "A Construção Naval"	Câmara Municipal de Machico

21-Mai	Cinema	Filme "O Feiticeiro da Calheta"	Câmara Municipal de Machico
22 de Mai e 4 de Jun	Exposição	Exposição "Museu de Marinha"	Câmara Municipal de Machico
29 a 31 de Mai	Teatro	"Fada Oriana" de Sophia Mello Breyner, da Companhia de Teatro "II Acto"	Câmara Municipal de Machico
01-Jun	Concerto	Concerto dos Alunos do Conservatório no âmbito do Mercado Quinhentista	Câmara Municipal de Machico
02 a 04 de Jun	Exposição	Evento Sociocultural e Pedagógico "Mercado Quinhentista"	Câmara Municipal de Machico
11 a 18 de Jul	Conferência	II Simpósio de Medicina Desportiva	Câmara Municipal de Machico
21-Jul	Cinema	"Tempestade num copo de água"	Câmara Municipal de Machico
22 e 23 de Jul	Festa	Festa de Final de Ano	Infantário Academia da Fantasia
06 e 12 de Ago	Cinema	"O Feiticeiro da Calheta"	Grupo de Teatro de Machico
13 e 19 de Ago	Cinema	"A Revolta do Leite"	Grupo de Teatro de Machico
20-Ago	Cinema	"Águas"	Grupo de Teatro de Machico
26-Ago	Cinema	"Rota do Contrabando"	Grupo de Teatro de Machico
27-Ago	Cinema	"Miradouro do Mar"	Grupo de Teatro de Machico
09-Set	Cinema	Apresentação do Projeto Eco	Câmara Municipal de Machico
30-Set	Teatro	"Lusíadas?"	Grupo de Teatro de Machico
07-Out	Teatro	"As barrigas também têm dentro"	Grupo de Teatro de Machico
14-Out	Teatro	"Era a Ilha"	Grupo de Teatro de Machico
21-Out	Teatro	"O Anexo"	Grupo de Teatro de Machico
28-Out	Teatro	"A Farsa de Inês Pereira"	Grupo de Teatro de Machico
03 a 12 de Nov	Teatro	Teatro Metaphora - projeto "The Future We Want"	Casa do Povo de Câmara de Lobos
18-Nov	Conferência	Conselho Regional PSD	Partido Social Democrata da Madeira
24-Nov	Sessão de Sensibilização	"Educar para prevenir a Violência Doméstica"	Câmara Municipal de Machico
07-Dez	Sessão de Esclarecimentos	Sessão de Apresentação e Esclarecimento do Programa IFRRU 2020	Câmara Municipal de Machico
07-Dez	Festa	Concerto de Natal dos Alunos do Conservatório	Câmara Municipal de Machico
09-Dez	Festa	Festa de Natal	Infantário Academia da Fantasia
15 e 16 de Dez	Espetáculo de Dança	Espetáculo "Alma Minha"	ADAM - Associação de Dança e Artes da Madeira
17-Dez	Dança	Espetáculo de Dança Especial Natal	Prestige Dance
23-Dez	Festa	Festa de Natal	Associação de Igreja P. Catedral da Vida
30-Dez	Artes de Palco	MachicArtes	Grupo de Teatro de Machico

Houve um acréscimo de número de eventos e de receita em 2017 face a 2016, como se pode verificar no quadro seguinte. Foi adotado o princípio de utilizador/pagador, optando-se sempre pela concessão de descontos em detrimento da cessão gratuita do espaço, de modo a garantir em cada evento a cobertura das despesas com a utilização da sala/auditório.

Quadro 3- Receita do Fórum Machico – Auditório e Salas

	2017	2016	Variação	
			Quantidade	%
Nº de Eventos	53	46	7	15%
Receita	16.689 €	9.477 €	7.212 €	76%

- Valores sem IVA

2.2.2.2. Fórum Machico - Estacionamento

O Fórum Machico dispõe ainda de um parque de estacionamento com 107 lugares. A receita em 2017 registou um aumento de 7% face ao ano anterior. Esta evolução positiva da receita teve como “motor” uma redefinição da estratégia de preços adequando-os às dinâmicas do mercado local.

Quadro 4- Receita do Parque de Estacionamento Fórum Machico

2017	2016	Variação
18.031 €	16.791 €	7%

- Valores sem IVA

2.2.2.3. Espaço Polivalente da Ribeira da Boaventura

Localizado junto ao Aquaparque e a menos de 5 minutos do aeroporto da Madeira, o Espaço Polivalente está ligado ao centro da cidade de Santa Cruz através de uma promenade junto ao mar. Com uma área de 500m², além do espaço interior o complexo conta com uma ampla varanda com vista mar.

Em 2017 este espaço foi alugado uma vez para um evento, tendo gerado uma receita de 100€ (acrescido de IVA).

Quadro 5- Eventos no Espaço Polivalente da Ribeira da Boaventura

DIA/MÊS	TIPO DE EVENTO	NOME	PROMOTOR
03-Mar	Evento Desportivo	Camadas Jovens do Nacional	Clube Desportivo Nacional

2.2.2.4. Praia da Alagoa- Porto da Cruz

A SMD disponibilizou, mediante pagamento, o estacionamento contíguo ao espaço de restauração que detém na Praia da Alagoa, para uso em eventos locais. No ano de 2017 essa utilização resultou numa receita de 732€ (acrescido de IVA).

No quadro abaixo estão listados os eventos realizados em 2017.

Quadro 6- Eventos na Praia da Alagoa

DIA/MÊS	TIPO DE EVENTO	NOME	PROMOTOR
13 e 15 de janeiro	Evento Desportivo	Sky Trail Camp 2017	Junta de Freguesia do Porto da Cruz
27 de abril a 02 de maio	Festival	2º Festival Apanha da Cana	Associação Grupo Cultural Flores de Maio
23-Jul	Evento Desportivo	"IV Trail Porto da Cruz Natura"	Junta de Freguesia do Porto da Cruz
12 a 15 de agosto	Festa	Festas da Senhora do Guadalupe	Marcos Henriques Vaz

2.2.2.5. Praça CR7

Durante o ano de 2017 a SMD autorizou a utilização gratuita da Praça CR7 para a realização dos eventos listados no quadro seguinte:

Quadro 7- Eventos na Praça CR7

DIA/MÊS	TIPO DE EVENTO	NOME	PROMOTOR
28-Jan	Evento Desportivo	Aula de Spinning	Hotel Pestana CR7 e Madeira Magic
14-Mai	Desfile	Desfile de Automóveis Clássicos "Madeira Auto Parade"	Direção Regional do Turismo
22-Jul	Evento Desportivo	"IV Harvey Foster Classic New Road"	Clube de Automóveis da Madeira
09-Jul	Evento Desportivo	4ª Prova da Taça da Madeira de Ciclismo de Estrada	Associação de Ciclismo da Madeira
30-Jul	Evento Desportivo	42ª Volta à Madeira em Bicicleta	Associação de Ciclismo da Madeira
08-Set	Evento de Sensibilização	Evento MOVE	Direção Regional da Economia e Transportes
08-Out	Evento Desportivo	II Maratona Internacional da Madeira em Patins	Clube Desportivo e Recreativo Santanense
05-Nov	Evento Desportivo	3ª Edição da Corrida Solidária "Run The Time of Your Life"	Pestana Hotel Group
01 e 02 dezembro	Evento Desportivo	EMUM - Eco Madeira Ultra Maratona	Associação de Atletismo da RAM
28-Dez	Evento Desportivo	59ª Volta à Cidade do Funchal - São Silvestre	Associação de Atletismo da RAM
30 e 31 de dezembro	Emissão de Programa	Fim de Ano	RTP Madeira

3. RECURSOS HUMANOS

3.1. Caracterização

O efetivo total da SMD, em 31 de dezembro de 2017, era de 8 colaboradores, com a distribuição por vínculos conforme se apresenta no quadro abaixo.

Quadro 8 - Distribuição dos Efetivos por Vínculos

Vínculo	Número de colaboradores
Pessoal do Quadro	8
Eleição – Membros do Conselho de Administração	3
Total	11

A evolução do efetivo é a indicada no quadro seguinte.

Quadro 9 - Evolução do Quadro de Pessoal

Colaboradores	2017	2016	Variação	
			Quantidade	%
Efetivos	8	8	0	0%
Ativos	4	5	-1	-20%

Dos trabalhadores do quadro de pessoal, a 31 de dezembro de 2017, encontravam-se ao serviço apenas 4 colaboradores, sendo que os restantes 4 trabalhadores estavam cedidos, conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 10 - Cedências

Nº de Trabalhadores	Tipo de Cedência	Serviço de Destino
2	Ocasional	PATRIRAM- Titularidade de Gestão de Património Público Regional, SA
1	Interesse Público	Secretaria Regional do Equipamentos e Infraestruturas
1	Interesse Público	Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais

Quanto à distribuição e evolução do efetivo por categoria profissional, a mesma vem resumida no quadro seguinte.

Quadro 11 - Distribuição dos Efetivos por Categoria Profissional

Categoria Profissional	2017	2016
Técnico Superior	6	6
Assistente Técnico	2	2
TOTAL	8	8

Não houve recrutamento externo de pessoal para reforço do quadro de pessoal e, no ano de 2017 não se verificaram saídas definitivas.

Regime de Trabalho

A especificidade do regime de trabalho, no que concerne à tipologia dos horários praticados, resulta da permanente necessidade de adequar os recursos humanos à atividade de modo a manter operacionais todas as infraestruturas sob responsabilidade da SMD.

No quadro seguinte, estão refletidos apenas os ativos.

Quadro 12 - Modalidades de Horários de Trabalho

Regimes de Horário	2017	2016
Horário Normal Fixo	2	3
Isenção Horário de Trabalho	2	2
TOTAL	4	5

No quadro seguinte, está resumida a distribuição dos efetivos por faixa etária.

Quadro 13 - Distribuição dos Efetivos por faixa etária

Categoria Profissional	De 18 a 34	De 35 a 44	De 45 a 64	Mais de 65
Técnico Superior	1	3	2	0
Assistente Técnico	0	1	1	0
TOTAL	1	4	3	0

Do quadro anterior retira-se que a SMD tem uma equipa relativamente jovem.

3.2. Absentismo

Não houve qualquer situação de ausência prolongada por doença.

3.3. Formação Profissional

No ano 2017, não foi proporcionada qualquer formação aos trabalhadores da SMD.

3.4. Responsabilidade Social

No âmbito das relações da empresa com o meio envolvente, no ano de 2017 a SMD colocou 2 colaboradores ao abrigo de Programas de Emprego, promovidos pelo IEM, conforme quadro abaixo.

Quadro 14 – Programas de Emprego

Programa	N.º de Processo	N.º de Colocados	Início	Duração
POT	2017/POT/0096	1	01-03-2017	12 meses
POT	2017/POT/0261	1	01-10-2017	12 meses

4. GOVERNO DA SOCIEDADE

Neste capítulo, dá-se cumprimento ao previsto no DLR12/2010/M de 5 de agosto, alterado pelo DLR 2/2011 de 10 de janeiro que aprova o regime jurídico do sector público empresarial e ao Decreto Legislativo Regional nº13/2010/M, de 5 de Agosto, que aprova o regime jurídico do setor empresarial da RAM.

A adoção de uma estrutura de *Governance*, em consonância com a estratégia da empresa e com as orientações de gestão emanadas pela tutela, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da empresa.

4.1 Orientações de Gestão

Os objetivos colocados à gestão em 2017 e vertidos no Plano de Atividades aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral realizada a 04 de abril de 2017 foram os seguintes:

1. Contribuir para o desenvolvimento sustentado dos concelhos abrangidos, reforçando a gestão integrada de empreendimentos, envolvendo diferentes parceiros, preferencialmente institucionais.

-Nesse sentido, mantiveram-se os protocolos existentes com as diversas Câmaras Municipais que visaram uma gestão conjunta com o aproveitamento de sinergias, sobretudo no que diz respeito à manutenção dos espaços públicos envolventes aos diversos empreendimentos;

2. Promover o equilíbrio económico-financeiro da empresa através da melhoria da eficiência económica na atividade e da condução de uma política de investimentos criteriosamente priorizados.

- Foi analisada a estrutura de custos da SMD e identificadas as áreas onde era possível efetuar poupanças. Foram avaliados todos os contratos de Fornecimento de Serviços, tendo sido cancelados alguns e renegociados outros, com poupanças significativas.

- Foi criada a Unidade de Concessões e Arrendamentos com o intuito de acompanhar todos os contratos de arrendamento e concessões, garantindo a cobrança da receita e antecipando e intervindo aos primeiros sinais de incumprimento, potenciando, desta forma, uma maior eficácia na resolução extra judicial da gestão dos contratos.

3. Assegurar as melhores práticas de gestão, promovendo a eficiência na aplicação dos recursos disponíveis, a prestação de serviços de qualidade e a conservação dos empreendimentos.

- Foram tomadas medidas internas no sentido de promover o aproveitamento de sinergias criadas pelo facto de a Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Ponta do Oeste, Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira e Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo partilharem a mesma administração;

- A contenção de custos e a racionalização dos recursos foram uma constante na ação da gestão, muito condicionada pelas limitações orçamentais e financeiras. Promoveu-se a conservação essencial e indispensável das infraestruturas, procurando prestar o melhor serviço possível aos utilizadores dos nossos empreendimentos;

4. Preparar e implementar o processo de fusão/reestruturação da Sociedade de Desenvolvimento, em articulação com os acionistas e a tutela sectorial.

- Procurou-se uniformizar procedimentos entre as 4 sociedades, e deram-se alguns passos no sentido da regularização do património destas;
- Celebrou-se um contrato de prestação de serviços com o objetivo de garantir uma assessoria e acompanhamento do processo de fusão;
- Estabeleceram-se contatos com a banca internacional no sentido de identificar quais os constrangimentos que poderiam advir de um processo de fusão e estabilizou-se um memorando do projeto de fusão.

4.2. Identificação e Órgãos Sociais

Os órgãos sociais com mandato para o período 2017-2019 são os identificados abaixo.

- **Assembleia Geral**
 - Presidente: João Heliodoro da Silva Dantas
 - Secretário: José Miguel de Sousa Araújo

- **Conselho de Administração**
 - Presidente: António José Rodrigues Abreu
 - Vogal Executivo: Maria Cristina Fernandes Alves
 - Vogal Executivo: João José Ornelas Nunes
 - Vogal Não Executivo: Márcia Filipa Gonçalves Gomes
 - Vogal Não Executivo: Ambrósio José da Silva Teixeira

- **Fiscal Único**
 - Efetivo: MGI & Associados – SROC, S.A., representada pela sócia Manuela Fernanda Barroso Vilela Ferreira
 - Suplente: José Augusto Silva Mendes

4.3. Áreas de Tutela e Síntese Curricular dos Membros Executivos do Conselho de Administração

- **Áreas de Tutela**

De acordo com o Regulamento interno da Ponta do Oeste, as áreas de tutela dos membros executivos do Conselho de Administração são as seguintes:

Presidente do Conselho de Administração – António José Rodrigues Abreu:

- I. **Unidade de Comunicação e Projetos:**
 - Comunicação e Marketing;
 - Produção e Gestão de Eventos;
 - Promoção de Negócio.
- II. **Unidade Técnica:**
 - Projetos e Investimento;
 - Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas;
 - Tecnologias e Sistemas de Informação;
 - Gestão de Infraestruturas Públicas.

Vogal – Maria Cristina Fernandes Alves:

- I. **Unidade de Gestão Administrativa e Financeira:**
 - Orçamento e Contabilidade;
 - Gestão Financeira;
 - Processamento de Salários;
 - Gestão Administrativa.
- II. **Unidade de Concessões e Arrendamentos:**
 - Acompanhamento da execução e cumprimento de contratos

Vogal – João José Ornelas Nunes:

- I. **Unidade Assessoria Jurídica e Contencioso:**
 - Assessoria Jurídica e Contencioso;
 - Apoio à Contratação.

- II. Unidade de Recursos Humanos:
- Gestão Administrativa de Recursos Humanos.

- **Síntese Curricular**

De seguida apresentamos os principais elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração com funções executivas:

Presidente do Conselho de Administração - António José Rodrigues Abreu

Formação Académica:

Licenciatura em Comunicação Social e Cultural, pela Universidade Católica Portuguesa (1992 – 1997).

Programa Avançado de Marketing para Executivos, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa (2000).

Atividade Profissional Atual:

Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A; Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA; Ponta do Oeste, SA e da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA;

Atividade Profissional Anterior:

- De Junho de 2015 a Dezembro de 2016 foi Gerente Executivo da sociedade «Empresa Jornalística da Madeira, Unipessoal, Lda.»;
- De 2012 a Maio de 2015 foi Presidente da Assembleia Geral da sociedade «Best Sell SA.»;
- De 2010 a 2015 como representante da sociedade «Vasconcelos & Abreu, Lda.»;
- De 2009 a 2011 foi Vice-Presidente da «Associação de Desportos da Madeira»;
- De 2009 a 2015 foi sócio da sociedade «Vasconcelos & Abreu, Lda.» e membro do Conselho de Gerência;
- Desde 2009 é sócio da sociedade «Domestind, Equipamentos Domésticos e Industriais, Lda.»;
- De 2008 a 2011 foi sócio da sociedade «Ad Mensuram Madeira, Lda.»;

- 
- 
- De 2007 a 2009 foi Diretor Geral da sociedade «Ilhaser, Lda.», inserida no Grupo «Vasconcelos & Abreu, Lda.»;
 - De 2004 a 2007 foi Diretor Comercial na sociedade «Vasconcelos & Abreu, Lda.»;
 - De 2000 a 2003 foi Diretor Comercial na sociedade «Vasconcelos & Abreu, Lda.», passando a responsável pelo Departamento Comercial;
 - De 1997 a 2000 foi Chefe de Vendas na sociedade «Vasconcelos & Abreu, Lda.».

Vogal Executivo do Conselho de Administração - Maria Cristina Fernandes Alves

Formação Académica:

Licenciatura em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (1992/1996).

Atividade Profissional Atual:

Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A; Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA; Ponta do Oeste, SA e da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA;

Atividade Profissional Anterior:

- De Junho de 2016 a Dezembro de 2016 – Vogal Executiva do Conselho de Administração da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA; Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA; Ponta do Oeste, SA e da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA;
- De Setembro de 2005 até Junho de 2016 trabalhou no Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E., onde desempenhou as seguintes funções:
 - De Setembro de 2015 até Junho de 2016 – Coordenadora do Núcleo de Gestão Financeira;
 - De Outubro de 2012 a Setembro de 2015 – Coordenadora do Núcleo de Gestão de Cobranças e Pré-faturação;
 - De Janeiro de 2012 a Outubro de 2012 – Assessora do Conselho de Administração para a área das Cobranças e Pré-Faturação;

- 
- De Março de 2007 a Janeiro de 2012 – Diretora do Serviço de Aprovisionamento;
 - De Setembro de 2005 a Março de 2007 – Chefe de Divisão das Aquisições;
 - De Janeiro de 1997 a Setembro de 2005 trabalhou no Banco Santander-Totta, onde desempenhou as seguintes funções:
 - De Fevereiro de 2002 a Setembro de 2005 – Gerente/diretora de balcão;
 - De Janeiro de 2001 a Fevereiro 2002 – Gestora de empresas;
 - De Janeiro de 2000 a Janeiro 2001 - Gerente de crédito;
 - De Janeiro de 1999 a Janeiro 2000 – Subgerente de balcão;
 - De Julho de 1998 a Janeiro de 1999 – Técnica de grau IV;
 - De Janeiro de 1997 a Julho 1998 - Estagiária recém-licenciada.

Vogal Executivo do Conselho de Administração - João José Ornelas Nunes

Formação Académica:

Licenciatura em Direito, menção de Ciências Jurídico-Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1990 – 1995).

Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP) (2008 – 2009)

Atividade Profissional Atual:

Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A; Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA; Ponta do Oeste, SA e da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA;

Atividade Profissional Anterior:

- De Novembro de 2012 até Dezembro de 2016 foi Diretor de Serviços do Gabinete Jurídico da Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente;
- De Janeiro de 2012 a Novembro de 2012 foi Diretor de Serviços de Artesanato do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP;
- De Junho de 2006 a Janeiro de 2012 foi Vogal do Conselho Diretivo do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP;
- De Junho de 2002 a Maio de 2006 foi Vice-Presidente da Direção do Instituto do Vinho da Madeira;

- De Agosto de 2001 a Maio de 2002 foi Jurista Coordenador, equiparado a Chefe de Divisão, da área de Contratação e Empreitadas Públicas do Serviço de Apoio Jurídico do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais;
- De Novembro de 2000 a Julho de 2001 foi Consultor jurídico do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais;
- De Setembro de 1998 a Outubro de 2000 foi Coordenador do Serviço de Apoio Jurídico do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura, Florestas e Pescas;
- De Dezembro de 1995 a Agosto de 1998 foi Consultor jurídico do Serviço de Apoio Jurídico do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura, Florestas e Pescas.

4.4. Reuniões do Conselho de Administração

No ano de 2017 realizaram-se 76 reuniões do Conselho de Administração que deliberou sobre inúmeros e diversos assuntos, de entre os quais se podem destacar os constantes do quadro abaixo.

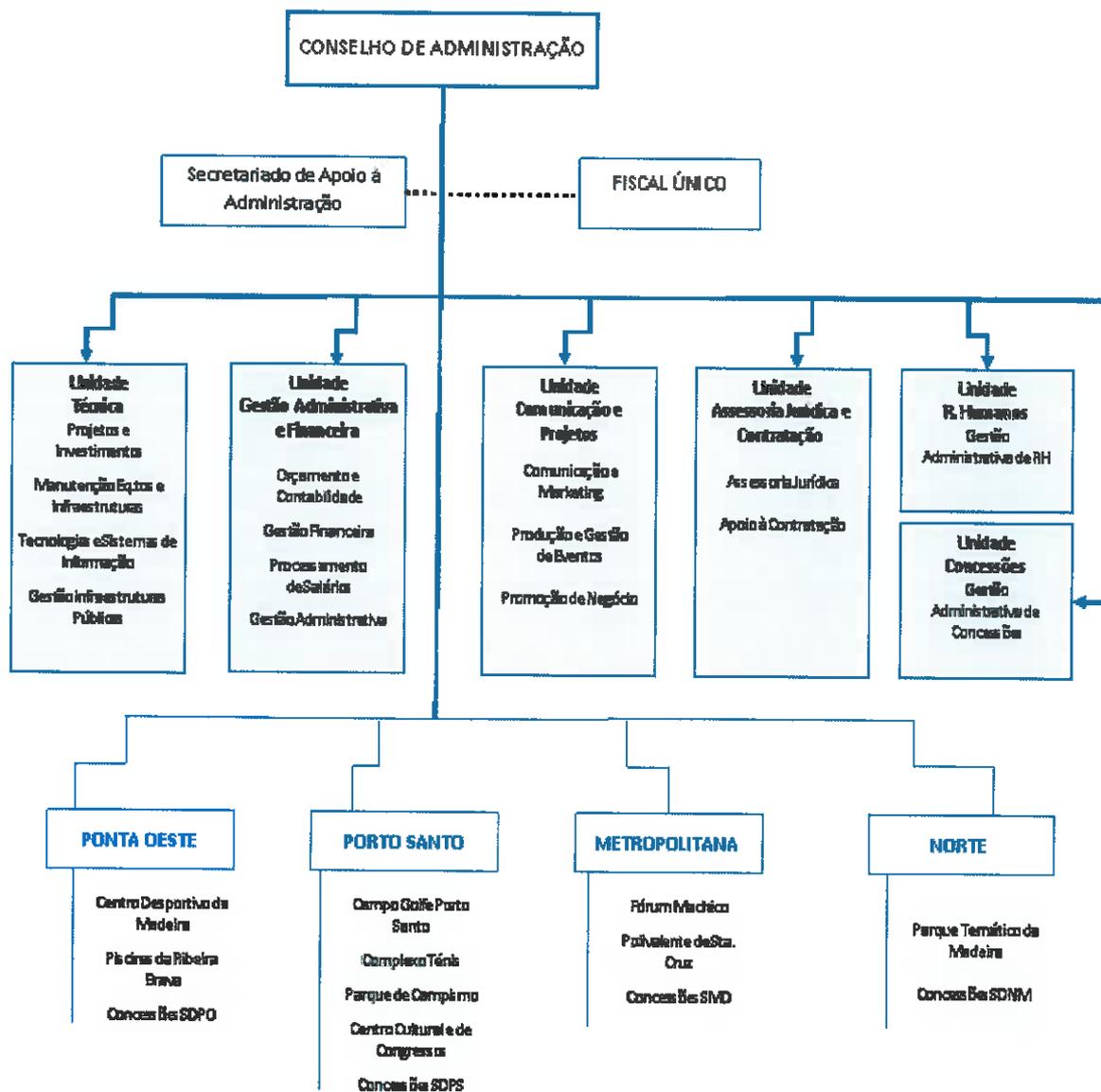
Quadro 15 – Principais Decisões do Conselho de Administração

Reunião	Data	Assunto
1	03-01-2017	Celebração de um contrato de empréstimo entre a Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento e o acionista Região Autónoma da Madeira
5	19-01-2017	Aprovação do Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração da SMD, S.A.
5	19-01-2017	Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento 2017
7	31-01-2017	Aprovação do Regulamento de Fundo de Maneio da SMD, S.A.
13	02-03-2017	Ação contra Iate Clube Santa Cruz / Câmara Municipal de Santa Cruz
17	16-03-2017	Concessão de Exploração do Empreendimento denominado Aquaparque - Informação para notificação da decisão de adjudicação
19	23-03-2017	Operação de reestruturação da dívida da SMD, S.A.

20	30-03-2017	Aprovação do Relatório e Contas 2016
34	08-06-2017	Autorização para Amortização antecipada de vários financiamentos da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. (SMD, S.A.)
34	08-06-2017	Declaração de Dívida e Acordo de Pagamento
37	22-06-2017	Concessão de Exploração de espaço comercial denominado Loja 4 - Praia dos Reis Magos - Informação para notificação da decisão de adjudicação
41	20-07-2017	Empreitada de Reparação da rede de abastecimento de água potável e instalações sanitárias da Praia da Lagoa - Porto da Cruz - decisão de adjudicação
46	14-08-2017	Declaração de Dívida e Acordo de Pagamento - "Contrato de Arrendamento Urbano para Fim Não Habitacional"
59	17-10-2017	Pedido de prorrogação do prazo para reembolso dos Empréstimos da RAM à Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.
68	29-11-2017	Contrato de Concessão da Exploração de um Espaço Comercial designado L3 nos Reis Magos – Acordo de Regularização
70	05-12-2017	Aprovação do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento 2018
70	05-12-2017	Celebração de um contrato de empréstimo entre a Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. e o acionista Região Autónoma da Madeira
72	14-12-2017	Empréstimo a conceder pela Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. à Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.
74	21-12-2017	Celebração de Transação entre a SMD, S.A., Ponta do Oeste, S.A., SDNM, S.A., Datarede, S.A. E ACIN, Lda.
74	21-12-2017	Concurso Público para Concessão de Exploração de um Espaço Comercial denominado Loja A – Praça do Mar, Funchal

4.5. Organigrama

O organigrama da Sociedade de Metropolitana de Desenvolvimento é comum com a Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira e Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, que partilham o mesmo Conselho de Administração e alguns serviços de apoio.



4.6. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações dos membros dos Órgãos Sociais são as seguintes:

- **Assembleia Geral**

Presidente: não auferir qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

Secretário: não auferir qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

• **Conselho de Administração**

Os elementos executivos do Conselho de Administração são remunerados de acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Governo nº392/2015.

Atendendo a que exercem funções nas quatro sociedades de desenvolvimento, a saber: Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A., a sua remuneração é suportada em ¼ por cada uma delas.

No quadro seguinte apresentamos o resumo do total das remunerações processadas no decurso de 2017 ao Conselho de Administração.

Quadro 16 – Remuneração do Conselho de Administração

DESCRIÇÃO	António Abreu	Cristina Alves	João Nunes
Remuneração Base	38.108 €	31.733 €	31.733 €
Subsídio de Férias/Natal	6.351 €	5.289 €	5.289 €
Subsídio de Alimentação	1.065 €	1.065 €	1.065 €
Despesas de Representação	16.045 €	13.361 €	13.361 €
CGA/Segurança Social/Acidentes Trabalho	14.776 €	12.372 €	8.001 €
Comunicações	131 €	409 €	132 €
TOTAL	76.476 €	64.229 €	59.580 €

Os elementos não executivos do Conselho de Administração não auferem remuneração pelo exercício do cargo.

• **Fiscal Único**

O Fiscal único Efetivo auferir 6.000€ pela prestação de serviços. Sobre este valor incide a taxa de IVA em vigor.

5. PLANO DE INVESTIMENTOS

A SMD não realizou qualquer investimento relevante em 2017. Todas as intervenções realizadas foram no âmbito de ações de manutenção preventiva e corretiva.

Apesar de vários dos empreendimentos a cargo da SMD necessitarem urgentemente de obras de manutenção e de melhoria, as condicionantes económico-financeira não permitem efetuar tais investimentos.

No que se refere aos investimentos a desenvolver e/ou em curso, temos a assinalar que a intervenção no Porto do Funchal – Rotunda Poente do Porto do Funchal, Lado Sul e Armazéns sob a Av. Sá Carneiro, cujos trabalhos estão suspensos, está em fase de negociação com a tutela, no sentido de as obras serem concluídas pela APRAM e não pela SMD, até por se tratar efetivamente de uma obra pública.

6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

6.1. Resultados do Ano

Os resultados financeiros do ano encontram-se nos mapas que constituem a parte II – Demonstrações Financeiras. Sumariamente:

- **Resultados Líquidos**

Os Resultados Líquidos do Exercício foram positivos em 12.821.169 euros, por força do proveito extraordinário de 16.139.582 resultante da cessão da posição contratual nos contratos de cobertura de risco de taxa de juro da SDNM para a RAM.

- **Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA)**

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, no valor de 696.418,24 euros, apresentam-se positivos, e representam um acréscimo de 75% face ao ano anterior. O EBITDA do ano de 2016 tinha sido afetado pelo registo do impacto financeiro nas contas de resultados de imparidades e provisões.

- **Rendimentos de Exploração**

A variação ocorrida no valor das vendas e prestações de serviço, com um decréscimo de 19% ficou a dever-se ao fato de em 2016 terem sido faturadas rendas a concessionários que por terem entrado em incumprimento e contencioso, deixaram de ser faturados em 2017. Por outro lado, em 2017 houve empreendimentos que por terem sido concessionados deixaram de gerar receita ou passaram a gerar uma receita mais baixa, uma vez que os contratos de concessão preveem prazos de carência com rendas mais baixas (ex.: Aquaparque, estacionamento das Salinas). Espera-se que no ano de 2018 a rubrica dos rendimentos de exploração sofra uma evolução positiva refletindo, desta forma, os novos contratos de concessão, entretanto firmados.

Nos outros rendimentos e ganhos, em 2016 foram efetuadas algumas correções a nível contabilístico que afetaram esta rubrica positivamente, situações estas de carácter não recorrente em 2017.

Quadro 17- Rendimentos de Exploração

Rubricas	Exercícios		Variação	
	2017	2016	Valor	%
Prestações de Serviços	739.350,09	914.545,46	-175.195,37	-19,16%
Outros rendimentos e ganhos	280.551,25	435.219,04	-154.667,79	-35,54%
Total	1.019.901,34	1.349.764,50	-329.863,16	-24,44%

- **Gastos de Exploração**

Os fornecimentos e serviços externos registaram um decréscimo de 40% face a 2016, o que contribuiu para atenuar o efeito do decréscimo de rendimentos de exploração, fruto do trabalho feito no sentido de rever e renegociar muitos contratos de fornecimento e prestação de serviços, com poupanças significativas.

Os gastos com o pessoal registaram um acréscimo de 8%, atendendo ao regresso de um colaborador que estava cedido.

No global os Gastos de Exploração registaram uma redução de 22% face ao ano de 2016.

Quadro 18 - Gastos de Exploração

Rubricas	Exercícios		Variação	
	2017	2016	Valor	%
Fornecimentos e serviços externos	156.730,68	259.152,68	-102.422,00	-39,52%
Gastos com pessoal	217.923,56	201.020,72	16.902,84	8,41%
Outros gastos e perdas	40.733,97	69.505,54	-28.771,57	-41,39%
Total	415.388,21	529.678,94	-114.290,73	-21,58%

- **Meios Libertos**

Em 2017 os Meios Libertos são positivos em 16.697.452€. Esta inversão na tendência registrada em anos anteriores, onde os Meios Libertos foram sempre negativos, verifica-se por força do Resultado Líquido do Exercício que foi, excepcionalmente, positivo em 12.821.168€.

Quadro 19 – Meios Libertos

Rubricas	Exercícios	
	2017	2016
Resultado líquido do exercício	12.821.168,54	-10.320.204,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3.876.283,74	3.901.025,76
Fundos Libertos	16.697.452,28	-6.419.178,33

AAI
/ Os

• Situação Financeira e Patrimonial

AA

Quadro 20 – Situação Financeira e Patrimonial

ACTIVO	U. Monetária: Euros			
	Exercícios			
	2017	%	2016	%
Activo não corrente:				
Activos fixos tangíveis	124.966.281	98,19%	128.741.065	98,23%
Total do Ativo Não Corrente	124.966.281	98,19%	128.741.065	98,23%
Activo corrente:				
Clientes	55.935	0,04%	54.695	0,04%
Estado e outros entes públicos	29.622	0,02%	88.582	0,07%
Outros créditos a receber	34.591	0,03%	74.373	0,06%
Diferimentos	920	0,00%	380.022	0,29%
Caixa e depósitos bancários	2.183.470	1,72%	1.726.836	1,32%
Total do Ativo Corrente	2.304.538	1,81%	2.324.506	1,77%
TOTAL DO ACTIVO	127.270.819	100,00%	131.065.571	100,00%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio:				
Capital Subscrito	78.556.415	1691,71%	78.556.415	465,98%
Prémios de emissão	3	0,00%	3	0,00%
Resultados transitados	(102.114.878)	2199,04%	(91.363.508)	541,95%
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	6.093.677	-131,23%	6.269.013	-37,19%
Resultado líquido do período	12.821.169	-276,10%	(10.320.204)	61,22%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	(4.643.615)	100,00%	(16.858.281)	100,00%
Passivo não corrente:				
Provisões	3.133.848	23,42%	3.133.848	2,12%
Financiamentos obtidos	113.632.232	86,14%	115.294.851	87,97%
Passivos por impostos diferidos	563.510	0,44%	610.118	0,47%
Outras dívidas a pagar	1.206.170	0,95%	1.828.158	1,39%
Total do Passivo Não Corrente	118.535.760	93,14%	120.866.975	92,22%
CAPITAIS PERMANENTES	113.892.145		104.008.694	
Passivo corrente:				
Fornecedores	973.837	0,77%	607.496	0,46%
Estado e outros entes públicos	15.291	0,01%	46.633	0,04%
Financiamentos obtidos	8.463.124	6,65%	5.829.751	4,45%
Passivos por impostos diferidos	46.608	0,04%	46.608	0,03%
Outras dívidas a pagar	3.879.814	3,05%	20.526.389	15,66%
Total do Passivo Corrente	13.378.674	10,51%	27.056.878	20,64%
TOTAL DO PASSIVO	131.914.434	103,65%	147.923.852	112,86%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	127.270.819	100,00%	131.065.571	100,00%

- **Fundo de Maneio**

O fundo de maneio este ano apresenta-se negativo em 11.027.528 euros, pelo que as dívidas de clientes e os inventários não são suficientes para fazer face às obrigações correntes (incluindo fornecedores) da empresa, numa ótica de curto prazo.

Quadro 21 – Fundo de Maneio

Rubricas	Exercícios	
	2017	2016
Ativo corrente	2.304.537,72	2.324.506,28
Passivo corrente	13.378.674,02	27.056.877,52
Fundo de maneio (3) = (1) - (2)	-11.074.136,30	-24.732.371,24

- **Rácios de Natureza Económica**

Quadro 22 – Rácios de Natureza Económica

Rubricas	Exercícios	
	2017	2016
Rendibilidade do ativo (ROI) (1)	10,07%	-7,87%
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) (2) (*)	-276,10%	61,22%

Notas: (1) Resultados líquidos / Ativo total líquido

(2) Resultados líquidos / Capitais próprios

(*) Indicador negativo, já que ambas as componentes se apresentam negativas.

• **Rácios de Natureza Financeira**

Quadro 23 – Rácios de Natureza Financeira

Rubricas	Exercícios	
	2017	2016
Liquidez Geral (1)	0,17	0,09
Autonomia Financeira (2)	-0,04	-0,13
Solvabilidade (3)	-0,04	-0,11
Cobertura dos encargos financeiros (4)	-0,20	0,51
Capacidade de endividamento (5)	0,96	0,86
Debt-to-equity (6)	-28,41	-8,77
Prazo médio de recebimentos (dias) (7)	28	22
Prazo médio de pagamentos (dias) (8)	2.268	1.205

Notas:

(1) Ativo corrente / Passivo corrente

(2) Capital próprio / Ativo total líquido

(3) Capital próprio / Passivo total

(4) (Resultados líquidos antes de impostos + Enc. Financ. Líquidos) /
Enc. Financ. Líquidos

(5) Capitais permanentes / Passivos não correntes

(6) Total do Passivo / Capital próprio

(7) (Saldo de clientes C/C * 365 dias) / (Vendas + Prestação de
serviços)

(8) (Saldo de fornecedores C/C * 365 dias) / Fornecimentos e serviços
externos + Compras

6.2. Riscos

Risco de Crédito - resulta essencialmente dos saldos a receber de clientes resultantes de transações comerciais. Este risco é avaliado pelo departamento financeiro da SMD, tendo em conta o histórico da relação comercial, a sua situação financeira, bem como de outras informações obtidas através da rede de negócios.

Risco de Liquidez - este é controlado pelo departamento financeiro da SMD, sendo que este risco tem sido colmatado via transferências da RAM.

Risco de Taxa de Juro - resulta da variação desfavorável das taxas de juro ao qual a empresa está sujeita dado o seu serviço de dívida bancária.

Risco do Negócio - a Sociedade está sujeita às contingências do mercado interno regional.

6.3. Ações/Quotas Próprias

A sociedade não detém ações ou quotas próprias e não adquiriu nem alienou qualquer uma durante o último exercício.

6.4. Negócios entre a Empresa e os seus Gestores

Não se verificou a existência de qualquer negócio entre a empresa e os seus gestores, pelo que não se registou qualquer autorização com esse propósito.

6.5. Sucursais

A Sociedade não tem qualquer sucursal.

6.6. Débitos ao Setor Público estatal com Pagamentos em Mora

A empresa não regista qualquer dívida ao sector público estatal.

6.7. Situação face à Segurança Social

A empresa apresenta uma situação regularizada face à Segurança Social, não tendo dívida cujo pagamento esteja em mora, nem dívidas vencidas, ou qualquer acordo celebrado com o Centro de Segurança Social da Madeira para a regularização das mesmas.

6.8. Eventos Subsequentes

Não existem eventos ou factos posteriores ao encerramento das contas que devam ser divulgados e/ou considerados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

6.9. Proposta de Aplicação de Resultados

Atendendo ao disposto na Lei, mais propriamente ao estabelecido no CSC no que diz respeito à aplicação de Resultados, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício findo no montante de 12.821.169 Euros seja transferido para a Conta de Resultados Transitados, de acordo com o CSC.

Tendo em conta que metade do Capital Social se encontra perdido, ou seja, o Capital Próprio é negativo em 4.643.615€, e conforme o disposto na Lei, nomeadamente no CSC, Artigo 35.º, o Conselho de Administração informa os acionistas desta situação e solicita que sejam tomadas as medidas necessárias convenientes, o que, no entender deste Conselho de Administração deverá passar pelo Aumento de Capital por novas entradas em dinheiro, que mantenham pelo menos em dois terços a cobertura do Capital Social.



7. PERSPETIVAS FUTURAS

7.1. Financiamento

A forma de financiamento prevista não sofreu grandes alterações em relação aos anos anteriores.

A SMD não dispõe, nem se prevê que possa dispor no imediato de condições para dar cumprimento aos reembolsos contratados, mantendo-se as atuais condições, i.e. dependência, quase exclusiva, de financiamento bancário e suporte do seu acionista maioritário para cobrir o investimento e inexistência de retorno económico dos seus empreendimentos, sendo este um problema transversal a todas as sociedades de desenvolvimento.

Desde 2006 que a empresa apresenta uma situação de falência técnica por razões que se prendem com a natureza dos investimentos realizados, a preponderância de empreendimentos em que o retorno social é significativamente superior ao retorno económico, a inexistência de compensação pela fruição social dos investimentos realizados, a dependência quase exclusiva do financiamento com base no endividamento. A manter-se o modelo de financiamento da sociedade, não se afigura, de qualquer forma, a possibilidade de inverter a tendência verificada, pelo que a aplicação do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais continuará a constituir preocupação e objeto de referência por parte da Administração da sociedade, em todos os momentos que a lei o impõe, para que o conjunto dos acionistas se mantenha informado e possa decidir pela melhor das soluções que preconiza a lei.

Ao nível do financiamento, prevê-se que este possa ser efetuado através do recurso a Contratos Programa de Investimentos com o Governo Regional, quando os projetos a desenvolver sejam de cariz público e a Capitais Permanentes, com primazia para empréstimos bancários de médio e longo prazo, complementados com aumentos de Capital, por forma a manter-se o necessário equilíbrio financeiro da empresa.

7.2. Mercados

A Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. exerce a sua atividade no âmbito do seu objeto social que compreende a conceção, execução e construção dos correspondentes empreendimentos nos quatro concelhos, a saber: Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico. A singularidade que caracteriza cada um destes concelhos, é responsável pela definição de políticas de intervenção apropriadas e específicas a cada concelho.

7.3. Custos

Sendo a SMD uma sociedade de desenvolvimento cujo sócio é uma entidade pública, os constrangimentos à sua gestão são de natureza diversa dum sociedade meramente comercial. Embora se tente sempre remunerar o capital, os objetivos de criação de emprego e de satisfação das necessidades locais, são, por opção clara e consciente do acionista, igualmente importantes o que condiciona a evolução esta rubrica.

7.4. Proveitos

No desenvolvimento da atividade da SMD, e face ao ciclo da mesma, geram-se proveitos essencialmente provenientes da exploração dos espaços concessionados, das aplicações financeiras e trabalhos para a própria empresa.

7.5. Fusão

A estratégia defendida pelo acionista RAM para as Sociedades de Desenvolvimento passa por um processo de fusão das quatro sociedades, a saber, a Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA, Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA, Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, SA e a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA.

Nesse sentido, desde 2010 que se tem dado passos importantes para a concretização deste projeto. Desde logo com a nomeação de um único Conselho de Administração

AAA

1
OK

para as quatro sociedades e com a gradual integração de funções na área administrativa e operacional, aproveitando as sinergias assim criadas.

Por outro lado, em finais de 2016 a RAM adquiriu as participações sociais detidas pelos Municípios em três das Sociedades de Desenvolvimento, estando em negociações para adquirir a participação do município do Porto Santo na Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA.

Com a totalidade do capital social destas sociedades detido pela RAM, o passo seguinte é a regularização do imobilizado e a negociação com a banca estrangeira de modo a garantir a manutenção das condições de pricing e as autorizações prévias para a efectivação da fusão de direito. Nesse sentido a sociedade já estabilizou um memorando de projecto de fusão para que o processo avance logo que exista as autorizações prévias por parte da Banca.

7.6. Evolução Previsível

As perspectivas futuras para a evolução da atividade da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. passam fundamentalmente pela continuidade do trabalho programado, pela consolidação das iniciativas previstas e pela realização física dos investimentos projetados.

A natureza dos projetos em questão revela a necessidade de um compromisso efetivo ao nível do envolvimento dos acionistas, de forma a respeitar-se a viabilidade estudada para cada um dos investimentos.

Admite-se como certo que a estrutura de financiamento de cada um dos projetos, prevista nos respetivos estudos de viabilidade económica e financeira e constante dos Planos de Atividade de cada ano, condiciona o sucesso e a capacidade de persecução das iniciativas da Sociedade.

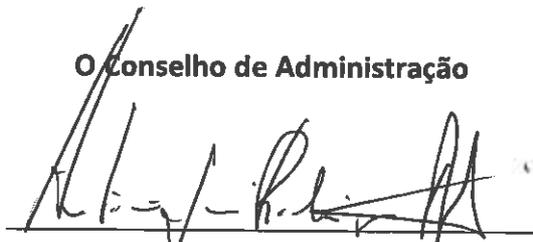
Pese embora a estrutura de financiamento definida e aprovada para cada um dos projetos de investimento, o Capital Social da Sociedade requer a atenção dos acionistas, por várias razões:

- O envolvimento dos acionistas, na parte do investimento a financiar com recurso ao aumento das participações destes não existiu, com exceção do acionista RAM.
- Esta realidade conduziu a Sociedade à necessidade extrema de financiar a sua atividade com o recurso quase exclusivo a capitais alheios, entenda-se suprimentos da RAM, empréstimos bancários ou outros da mesma natureza.
- A fase de atividade em que se encontra a Sociedade, não permite, ainda, a exploração sustentada de todos os espaços e áreas previstas, pelo que as receitas de exploração, não satisfazem, nem poderiam satisfazer, um eventual compromisso de auto financiamento.
- A natureza da atividade, a estrutura de financiamento dos projetos e a fase de exploração dos empreendimentos condicionam, objetivamente a natureza dos resultados da empresa, que por sua vez concorrem (negativamente) para o Capital Próprio da Sociedade.
- Ao acumular-se prejuízos que ameaçam o equilíbrio do Capital Próprio da Sociedade, ao abrigo do previsto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, verifica-se, com referência ao exercício de 2017 uma situação de incumprimento efetivo, sendo que a Situação Líquida da Sociedade atingiu o valor negativo de 4.643.614,90 euros.

Face ao exposto, conforme previsto legalmente e informada a realidade da empresa pela Administração, vem esta propor, de entre as possibilidades previstas (n.º1 do artigo 35.º do CSC, a saber: A dissolução da sociedade, a redução do capital social, a realização de entradas em dinheiro que mantenham pelo menos em dois terços a cobertura do capital social, a adoção de medidas concretas tendentes a manter pelo menos em dois terços a cobertura do capital social) que o acionista promova um aumento do capital social da empresa, no valor que seja suficiente para satisfazer o equilíbrio requerido legalmente.

Funchal, 1 de Março de 2018

O Conselho de Administração

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'António Abreu', written over a horizontal line.

(António Abreu)

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Cristina Alves', written over a horizontal line.

(Cristina Alves)

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'João Nunes', written over a horizontal line.

(João Nunes)

ANEXO

LISTA DOS ACCIONISTAS DA SOCIEDADE A 31/12/2017

- Titular de pelo menos 1/10 do Capital:

Região Autónoma da Madeira

- Titular de pelo menos 1/3 do Capital:

Região Autónoma da Madeira

- Titular de pelo menos 1/2 do Capital:

Região Autónoma da Madeira

1
G

LISTA DOS ACCIONISTAS QUE DEIXARAM DE SER TITULARES DE AÇÕES

Acionistas que deixaram de ser titulares de pelo menos:

- 1/10 do Capital:

Nenhum

- 1/3 do Capital:

Nenhum

- 1/2 do Capital:

Nenhum

16
~~AM~~
2
C

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A empresa Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA, de acordo com o disposto no art.º 9º do Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho, apresenta os seguintes dados referentes ao exercício findo de 2017:

- Demonstração de Resultados por Natureza;
- Demonstrações das alterações no Capital próprio;
- Balanço;
- Fluxos de Caixa;
- Anexo.

Os Estatutos da empresa preveem a existência de Órgão de Fiscalização.

SOCIEDADE METROPOLITANA DE DESENVOLVIMENTO, S.A.

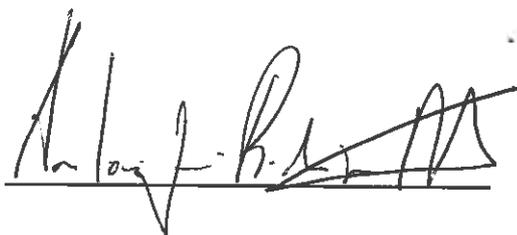
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31-Dez-17	31-Dez-16
Vendas e serviços prestados	19	739.350,09	914.545,46
Fornecimentos e serviços externos	20	(156.730,68)	(259.152,68)
Gastos com o pessoal	21	(217.923,56)	(201.020,72)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	91.905,11	(311.343,00)
Provisões (aumentos/reduções)		-	(110.453,00)
Outros rendimentos	22	280.551,25	435.219,04
Outros gastos	23	(40.733,97)	(69.505,54)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		696.418,24	398.289,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(3.876.283,74)	(3.901.025,76)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(3.179.865,50)	(3.502.736,20)
Juros e rendimentos similares obtidos	24	16.139.581,69	-
Juros e gastos similares suportados	24	(185.077,71)	(6.855.473,80)
Resultado antes de impostos		12.774.638,48	(10.358.210,00)
Imposto sobre o rendimento do período	25	46.530,06	38.005,91
Resultado líquido do período		12.821.168,54	(10.320.204,09)

A Administração

O Contabilista Certificado









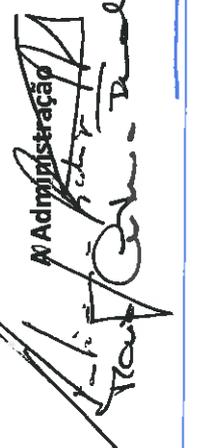
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do Capital de Empresa-Mãe											Unidade Monetária (Euro)						
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Outros Reservas Legais	Prêmios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos /outras variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital próprio				
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	14, 15 e 16	5.398.310,00																-80.265.062,83	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																			
Ajustamentos por impostos diferidos	14, 15 e 16																		-364.561,01
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00										953.438,86	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3																		588.877,85
RESULTADO EXTENSIVO	4-2-3 e 16																		-10.320.204,09
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																			
Realizações de Capital	14, 15 e 16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00											73.158.105,00
Realizações de Prêmios de Emissão	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,73	73.158.107,73
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	14, 15 e 16	78.556.415,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-16.858.281,34

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do Capital de Empresa-Mãe											Unidade Monetária (Euro)							
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Outros Reservas Legais	Prêmios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos /outras variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital próprio					
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	14, 15 e 16	78.556.415,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-16.858.281,34	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																				
Ajustamentos por impostos diferidos	14, 15 e 16																			-207.095,97
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00											-175.396,13	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8																			-382.492,10
RESULTADO EXTENSIVO	9-7-8 e 16																			12.597.098,54
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																				
Realizações de Capital	14, 15 e 16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de Prêmios de Emissão	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	14, 15 e 16	78.556.415,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.643.614,90

O Contabilista Certificado

VERGOMES


 A Administração
 Manoel Antônio de Azevedo

SOCIEDADE METROPOLITANA DE DESENVOLVIMENTO, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31-Dez-17	31-Dez-16
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	6	124.966.280,96	128.741.064,78
Ativos por impostos diferidos			
<i>Total de ativo não corrente</i>		124.966.280,96	128.741.064,78
ATIVO CORRENTE			
Clientes	8	55.935,09	54.694,86
Estado e outros entes públicos	9	29.621,61	88.581,58
Outros créditos a receber	10	34.591,42	74.372,77
Diferimentos	11	919,53	380.021,53
Caixa e depósitos bancários	5	2.183.470,07	1.726.835,54
<i>Total de ativo corrente</i>		2.304.537,72	2.324.506,28
TOTAL DO ATIVO		127.270.818,68	131.065.571,06
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	12	78.556.415,00	78.556.415,00
Prémios de emissão	12	2,73	2,73
Resultados transitados	13	(102.114.877,72)	(91.363.507,66)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio		6.093.676,55	6.269.012,68
Resultado líquido do período		12.821.168,54	(10.320.204,09)
<i>de capital próprio atribuível aos accionistas da empresa-mãe</i>		(4.643.614,90)	(16.858.281,34)
Interesses minoritários		-	-
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		(4.643.614,90)	(16.858.281,34)
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	15	3.133.848,00	3.133.848,00
Financiamentos obtidos	16	113.632.231,70	115.294.851,00
Passivos por impostos diferidos	14	563.509,99	610.118,33
Outras dívidas a pagar	18	1.206.169,87	1.828.157,55
<i>Total do passivo não corrente</i>		118.535.759,56	120.866.974,88
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	18	973.836,70	607.496,22
Estado e outros entes públicos	9	15.291,10	46.633,44
Financiamentos obtidos	16	8.463.123,68	5.829.750,85
Outras dívidas a pagar	17	3.879.814,20	20.526.388,67
Passivos por impostos diferidos	14	46.608,34	46.608,34
<i>Total do passivo corrente</i>		13.378.674,02	27.056.877,52
TOTAL DO PASSIVO		131.914.433,58	147.923.852,40
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		127.270.818,68	131.065.571,06

A Administração

O Contabilista Certificado


 Paulo António Mendes Alves


 Vera Gomes

SOCIEDADE METROPOLITANA DE DESENVOLVIMENTO, SA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

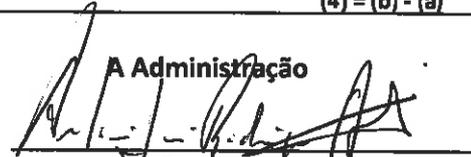
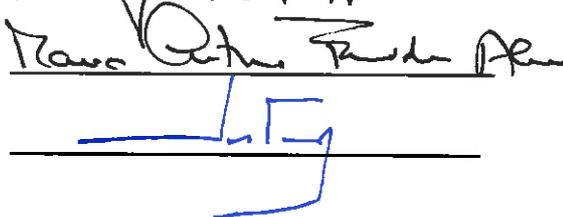
MÉTODO DIRETO

31 Dezembro, 2017

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	PERÍODO	
		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		974.999,91	996.547,22
Pagamentos a fornecedores		-321.952,59	-746.490,23
Pagamentos ao pessoal		-222.655,57	-182.088,27
Caixa gerada pelas Operações		430.391,75	67.968,72
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		20.074,05	37.389,63
Outros recebimentos/ pagamentos		-153.004,41	-330.971,86
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		297.461,39	-225.613,51
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		233.950,25	1.188.514,74
Recebimentos provenientes a:			
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		-233.950,25	-1.188.514,74
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		6.804.453,67	6.031.840,00
Subsídios ao investimento		-	1.266.916,33
Outras Operações de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		5.833.700,14	3.337.891,72
Juros e Gastos Similares		577.630,14	2.624.379,94
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		393.123,39	1.336.484,67
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		456.634,53	-77.643,58
Efeito das Diferenças de Câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período (a)	5	1.726.835,54	1.804.479,12
Caixa e seus equivalentes no fim do período (b)	5	2.183.470,07	1.726.835,54
(4) = (b) - (a)		456.634,53	-77.643,58

A Administração

O Contabilista Certificado



16 AA

2
A

III. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

VG 

1. Identificação da Entidade:

A Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA é uma sociedade anónima com sede social no Edifício de Governo Regional situado na Avenida Zarco no 3º andar, tendo sido constituída através do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 4 de agosto, e iniciou a sua atividade a 30 de outubro de 2001. Tem por principal atividade a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural nos concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico.



A Empresa é detida pela Região Autónoma da Madeira com sede social no Edifício de Governo Regional, e dedica-se neste momento à gestão direta e indireta das suas infraestruturas/empreendimentos.

2. Referencial Contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras:

2.1. As demonstrações financeiras da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento SA, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme no disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e demais legislação complementar, bem como as devidas alterações, em particular as alterações que constam no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Órgão de Gestão da Empresa, no dia 27 de Fevereiro de 2018, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são

reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas são consistentes com o ano anterior.

2.2. Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3. Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o período anterior.

2.4. Adoção pela primeira vez das NCRF

A Sociedade adotou as NCRF's, emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2010. A data de transição foi 1 de janeiro de 2009.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais Políticas de Contabilidade aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Bases de Mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a

base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.1.1. Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	40 a 100
Equipamento básico	6 a 8
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	6 a 16
Outros activos fixos tangíveis	8 a 20

As despesas com reparação e manutenção destes Ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os Ativos Fixos Tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os Ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de Ativos Fixos Tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor Líquido Contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos Operacionais” ou “Outros Gastos Operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

Ativos Intangíveis

A Empresa reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Ativos Intangíveis com vida útil finita

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Handwritten marks in blue ink, including a checkmark and a signature.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Impostos Correntes

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Consequentemente, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 12 anos após a sua ocorrência (5 anos para os incorridos entre 2012 e 2014, 4 anos para 2010 a 2011 e 6 anos até 2009). A partir do ano de 2014 essa dedução só é permitida até ao limite de 70% do lucro tributável.

A Empresa não tem qualquer responsabilidade a pagar de IRC, exceto no que respeita à tributação autónoma, dado os prejuízos fiscais de que ainda dispõe.

Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

A Sociedade regista passivos por impostos diferidos derivados do reconhecimento dos subsídios ao investimento nos capitais próprios.

Cientes e Créditos a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor e não têm implícito juro, sendo deduzidas das perdas por imparidade que lhe sejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

16
AA
OK

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Subsídios do Governo

Os Subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Passivos Financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a). Ao custo menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b). Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Sociedade classifica e mensura ao custo os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

São registados ao custo os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

A IAS 39 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

- i). Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- ii). Outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros incluem os financiamentos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar. Os fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

VE
KAL

1-
O

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos ao custo (valor nominal).

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente e no passivo não corrente no caso de a empresa ter o direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividade que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividade necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos, deve ser suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido seja interrompido.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

A empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;

É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económico será necessário para liquidar a obrigação; e

É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto operacional.

A empresa procede à divulgação dos passivos contingentes sempre que esteja perante uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade; ou

É uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:

Não é provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação; ou

A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

VG
AAA
1
Q

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;

Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;

A fase de acabamento da transação à data de balanço possa ser fiavelmente mensurada; e

Os custos incorridos com a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados a título de arrendamentos e locação de espaço líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

Benefícios dos empregados

A Sociedade não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma aos seus ex-trabalhadores.

Pessoal ao serviço da empresa

Em 31 de Dezembro de 2017, o número de colaboradores ao serviço da empresa era de 4 pessoas (31.12.2016: 5 pessoas).

Gastos / Rendimentos de financiamentos

Os gastos / rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“eventos ajustáveis”), são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“eventos não ajustáveis”), são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2. Principais estimativas e julgamentos

Provisões

A Sociedade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

À data de 31 de dezembro, a Sociedade não registou qualquer provisão por não ser aplicável.

Ativos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SMD, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

A Empresa apresenta capitais próprios negativos e conta com o suporte financeiro dos seus Acionistas para prosseguir a sua atividade e cumprir com os seus compromissos atuais e futuros.

Desde 2006 que a empresa apresenta uma situação de falência técnica. As razões prendem-se com aspetos conhecidos de todos (nomeadamente, a natureza dos investimentos realizados, a preponderância de empreendimentos em que o retorno

social é significativamente superior ao retornos económico, a inexistência de compensação pela fruição social dos investimentos realizados, a dependência quase exclusiva do financiamento com base no endividamento). A manter-se o modelo de financiamento da sociedade, não se afigura, de qualquer forma, a possibilidade de inverter a tendência verificada, pelo que a aplicação do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais continuará a constituir preocupação e objeto de referência por parte da Administração da empresa, em todos os momentos que a lei o impõe, para que o acionista se mantenha informado e possa decidir pela melhor das soluções que preconiza a lei.

Sendo a SMD S.A. uma sociedade de desenvolvimento cujo acionista é uma entidade pública (Região Autónoma da Madeira), os constrangimentos à sua gestão são de natureza diversa duma sociedade meramente comercial. Embora em ambas se tente sempre o triplo objetivo de remunerar o capital, de criar emprego e de satisfazer clientes, na SMD S.A., por opção clara e consciente dos acionistas a primeira opção é importante mas deve ser, sempre que necessário, "sacrificada" em relação à segunda e terceira – gerar emprego e satisfazer clientes - duma forma diferente das sociedades meramente comerciais.

Pese embora a estrutura de financiamento definida e aprovada para cada um dos projetos de investimento, o Capital Social da Sociedade requer a atenção dos acionistas. Por várias razões:

- O envolvimento do acionista, na parte do investimento a financiar com recurso ao aumento das participações foi residual face ao necessário e previsto.
- Esta realidade conduziu a Sociedade à necessidade extrema de financiar a sua atividade com o recurso, quase exclusivo a capitais alheios, entenda-se suprimentos da RAM, empréstimos bancários ou outros da mesma natureza.
- A fase de atividade em que se encontra a Sociedade, focalizada na concretização de relevantes investimentos, não permite, ainda, a exploração de todos os espaços e áreas previstas, pelo que as receitas de exploração, não satisfazem, nem poderiam satisfazer, um eventual compromisso de auto financiamento.

IG 
- A natureza da atividade, a estrutura de financiamento dos projetos e a fase embrionária no que respeita à exploração dos empreendimentos condicionam, objetivamente a natureza dos resultados da empresa, que por sua vez concorrem para o Capital Próprio da Sociedade.

- Ao acumular-se prejuízos que ameaçam o equilíbrio do Capital Próprio da Sociedade, ao abrigo do previsto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, verifica-se, com referência ao exercício de 2017 uma situação de incumprimento efetivo, sendo que a Situação Líquida da Sociedade atingiu o valor negativo de 4.643.614,90€ (quatro milhões, seiscentos e quarenta e três mil, seiscentos e catorze euros e noventa cêntimos). 

Face ao exposto conforme previsto legalmente e informada a realidade da empresa pela Administração, vem esta propor, de entre as possibilidades previstas (nº1 do artigo 35º do CSC, a saber: A dissolução da sociedade, a redução do capital social, a realização de entradas em dinheiro que mantenham pelo menos em dois terços a cobertura do capital social, a adoção de medidas concretas tendentes a manter pelo menos em dois terços a cobertura do capital social) que o acionista promova um aumento do capital social da empresa, no valor que seja suficiente para satisfazer o equilíbrio requerido legalmente.

4. Gestão dos Riscos Financeiros

A SMD não está sujeita a riscos das cotações de mercado dos ativos financeiros nem a riscos de taxa de câmbio. Está sujeita a riscos de taxas de juro, dado que tem financiamentos bancários. Ao nível do risco de negócio, a Sociedade está sujeita às contingências do mercado interno regional.

5. Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Caixa	300,00	450,00
Depósitos à ordem	2.183.170,07	1.726.385,54
TOTAL	2.183.470,07	1.726.835,54

6. Ativos Fixos Tangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos Fixos Tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-16
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	7.979.446,90	191.144,35	0,00	0,00	0,00	8.170.591,25
Edifícios e outras construções	147.818.426,29	6.575,00	0,00	3.603.112,74	0,00	151.428.114,03
Equipamento básico	3.412.417,96	0,00	0,00	0,00	0,00	3.412.417,96
Equipamento de transporte	32.746,08	0,00	0,00	0,00	0,00	32.746,08
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	110.525,09	0,00	0,00	0,00	0,00	110.525,09
Outros activos fixos tangíveis	86.196,28	0,00	0,00	0,00	0,00	86.196,28
Activos fixos tangíveis em curso	51.977,82	0,00	0,00	-23.760,00	0,00	28.217,82
Adiantamentos por activos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	159.491.736,36	197.719,35	0,00	3.579.352,74	0,00	163.268.808,45
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	27.754.960,05	3.757.123,41	0,00	0,00	0,00	31.512.083,46
Equipamento básico	2.665.430,89	137.356,33	0,00	0,00	0,00	2.802.787,22
Equipamento de transporte	32.746,08	0,00	0,00	0,00	0,00	32.746,08
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	98.231,70	2.704,28	0,00	0,00	0,00	100.935,98
Outros activos fixos tangíveis	75.349,19	3.841,74	0,00	0,00	0,00	79.190,93
Activos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por activos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	30.626.717,91	3.901.025,76	0,00	0,00	0,00	34.527.743,67
Activo Líquido	128.865.018,45					128.741.064,78
	31 de Dezembro de 2017					
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-17
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	8.170.591,25	84.130,00	0,00	0,00	0,00	8.254.721,25
Edifícios e outras construções	151.428.114,03	10.653,69	0,00	0,00	0,00	151.438.767,72
Equipamento básico	3.412.417,96	4.266,23	0,00	0,00	0,00	3.416.684,19
Equipamento de transporte	32.746,08	0,00	0,00	0,00	0,00	32.746,08
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	110.525,09	2.450,00	0,00	0,00	0,00	112.975,09
Outros activos fixos tangíveis	86.196,28	0,00	0,00	0,00	0,00	86.196,28
Activos fixos tangíveis em curso	28.217,82	0,00	0,00	0,00	0,00	28.217,82
Adiantamentos por activos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	163.268.808,45	101.499,92	0,00	0,00	0,00	163.370.308,37
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	31.512.083,46	3.741.260,41	0,00	0,00	0,00	35.253.343,87
Equipamento básico	2.802.787,22	128.681,98	0,00	0,00	0,00	2.931.469,20
Equipamento de transporte	32.746,08	0,00	0,00	0,00	0,00	32.746,08
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	100.935,98	2.498,46	0,00	0,00	0,00	103.434,44
Outros activos fixos tangíveis	79.190,93	3.842,89	0,00	0,00	0,00	83.033,82
Activos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por activos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	34.527.743,67	3.876.283,74	0,00	0,00	0,00	38.404.027,41
Activo Líquido	128.741.064,78					124.966.280,96

7. Ativos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido nos Ativos Intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por Imparidade	Saldo em 31-Dez-16
Custo						
Projectos de desenvolvimento (i)	14.986,32	-	-	-	-	14.986,32
Software	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	14.986,32	-	-	-	-	14.986,32
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (i)	14.986,32	-	-	-	-	14.986,32
Software	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	14.986,32	-	-	-	-	14.986,32
Valor total líquido	-	-	-	-	-	-
	31 de Dezembro de 2017					
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por Imparidade	Saldo em 31-Dez-17
Custo						
Projectos de desenvolvimento (i)	14.986,32	-	-	-	-	14.986,32
Software	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	14.986,32	-	-	-	-	14.986,32
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (i)	14.986,32	-	-	-	-	14.986,32
Software	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	14.986,32	-	-	-	-	14.986,32
Valor total líquido	-	-	-	-	-	-

8. Clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	1.076.305,98	-	1.166.970,86
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	362.747,57	-	362.747,57
	-	1.439.053,55	-	1.529.718,43
Perdas por imparidade acumuladas	-	-1.383.118,46	-	-1.475.023,57
	-	55.935,09	-	54.694,86

Os movimentos por perda de imparidade são analisados como segue:

Perdas por imparidades	31-Dez-17	31-Dez-16
Saldo a 1 de Janeiro	1.475.023,57	1.475.023,57
Aumento	0,00	-
Reversão	91.905,11	-
Regularizações	-	-
	1.383.118,46	1.475.023,57

9. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" no Ativo e no Passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	27.358,45	29.217,55
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2.263,16	59.364,03
Outros impostos e taxas	-	-
	29.621,61	88.581,58
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	11.325	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	-	-
Segurança Social	3.732,04	4.475,55
Outros impostos e taxas	234,38	42.157,89
	15.291,10	46.633,44

10. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Adiantamentos a fornecedores de investimento	-	0,00	-	4.060,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	-	0,00	-	28.731,72
Outros devedores	-	34.591,42	-	41.581,05
	-	34.591,42	-	74.372,77
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	34.591,42	-	74.372,77

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os saldos da rubrica "Diferimentos" do Ativo e Passivo foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Diferimentos (Ativo)		
Outros gastos a reconhecer	919,53	380.021,53
	919,53	380.021,53
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	-	-

12. Capital

O Capital Social de 78.556.415 euros, representado por 15.711.283 ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2017.

	% Capital	Valor	N.º Ações	Valor de cada ação	Valor Nominal
RAM	100%	78.556.415	15.711.283	5	78.556.415

No dia 25 de novembro de 2016, foi deliberado pela RAM em Assembleia Geral aumentar o capital social em 73.158.105,00 euros, através da incorporação dos contratos mútuos celebrados entre a sociedade e a acionista Região Autónoma da Madeira, referente aos valores até dezembro de 2015.

Este aumento de capital obteve o visto do Tribunal de Contas em 21 de Abril de 2017, que fixou os emolumentos em 73.158,11 euros. A Sociedade recorreu e o Tribunal de Contas fixou os emolumentos em 17.150 euros. Dado que a sociedade recorreu deste montante para o Tribunal Constitucional, alegando o princípio da proporcionalidade, e como tal não procedeu à sua liquidação, o capital social formalmente ainda não foi objeto de registo junto da Conservatória do Registo Comercial.

13. Resultados Transitados

Por decisão da Gerência, foi proposto que o resultado líquido negativo no montante de 10.320.204,09€ referente ao exercício do ano de 2016 fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados Transitados.

14. Subsídios ao Investimentos/ Passivos por impostos diferidos

Os subsídios referem-se aos valores recebidos de contratos – programa efetuados com a Região Autónoma da Madeira relativamente aos seguintes projetos:

V6
AA
r
Q

- Promenade da Praia Formosa: 2.417.825,01€
- Parque desportivo Água de Pena: 415.625,00€
- Intervenção no porto do Funchal: 3.309.341,56€
- Complexo Balnear dos Reis Magos: 70.682,62€
- Ribeira da Boaventura: 128.790,17€

VE
AAA
Cg

Assim os impactos no exercício de 2017 foram os seguintes:

	Subsídio	Passivo por imposto diferido
Saldo Inicial	7.149.530,64	656.726,67
Imputação ao exercício	-221.944,47	-46.608,34
Saldo Final	6.927.586,17	610.118,33

15. Provisões

O movimento ocorrido nas Provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos Judiciais em Curso	3.133.848,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.133.848,00 €
Total	3.133.848,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.133.848,00 €

> Foi interposto um processo judicial em que a Empresa é ré cujo valor reclamado pelos autores ascende ao montante aproximado de dez milhões de euros. A Empresa estimou e provisionou, nesta fase de litigância, cerca de 2,4 milhões de euros que considera ser a melhor estimativa à data da sua obrigação presente respeitante ao referido processo judicial.

É convicção do Conselho de Administração que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais responsabilidades futuras.

16. Financiamentos Obtidos

KG
AAA

	Curto prazo (até 1 ano)	Médio e longo prazo (mais de 1 ano)
Dívidas a instituições de crédito:		
Empréstimo agrupado de 100.000.000 de euros concedido pelo Deutsche Bank, em 2005, do qual cabe à sociedade o montante de 27.500.000 euros. Este empréstimo está garantido pela Região Autónoma da Madeira, será reembolsado em prestações semestrais, compreendidas entre 2016 e 2030, e vence juros semestrais à taxa Euribor acrescida de um spread de 13 basis point.	1.833.333	22.000.000
Empréstimo agrupado de 100.000.000 de euros concedido pela DEPFA Bank em 2006, do qual cabe à sociedade o montante de 36.000.000 de euros. Este empréstimo está garantido pela Região Autónoma da Madeira, será reembolsado em prestações semestrais, compreendidas entre 2017 e 2031, e vence juros semestrais à taxa Euribor acrescida de um spread de 10 basis point.	2400000	31.200.000
Empréstimo agrupado de 125.000.000 de euros concedido pela Banca OPI em 2007, do qual cabe à sociedade o montante de 51.000.000 de euros. Este empréstimo está garantido pela Região Autónoma da Madeira, será reembolsado em prestações semestrais, compreendidas entre 2018 e 2032, e vence juros semestrais à taxa Euribor acrescida de um spread de 7 basis point.	3.400.000	47.600.000
Empréstimo Santander Totta que vence juros às taxas nominais de mercado para este tipo de operações.	829.790	0
SUBTOTAL	8.463.123	100.800.000
RAM		
Contratos de mútuo celebrados com a Região Autónoma da Madeira em 2016 e 2017, os quais não vencem juros. Estes empréstimos foram concedidos para fazer face às necessidades de tesouraria, nomeadamente para regularizar encargos com amortizações de capital de operações financeiras contratadas pela sociedade e o remanescente para pagamento de juros e demais despesas. O prazo de reembolso destes empréstimos foi prorrogado para 2019 e 2020.	0	12.832.232
SUBTOTAL	0	12.832.232
TOTAL	8.463.123	113.632.232

EV

17. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Outras dívidas a pagar" Corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Acréscimo de Gastos	38.273,44	16.210.508,88
Clientes Caução	397.256,89	380.513,37
Entidades Relacionadas	2.551.694,57	2.551.694,57
Fornecedores de investimento	778.347,33	1.272.706,48
Outros	114.241,97	110.965,37
TOTAL	3.879.814,20	20.526.388,67

A rubrica de credores por acréscimos de gastos em 2016 incluía 16.146.023,11 euros respeitantes a encargos financeiros relacionados com as operações de troca de taxa de juro (swap). Estes encargos financeiros foram objeto de regularização no ano de 2017, na sequência da cedência da posição contratual à RAM que assumiu todos os encargos vencidos e vincendos.

18. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Fornecedores não corrente	1.206.169,87	1.828.157,55
Fornecedores corrente	973.836,70	607.496,22
	2.180.006,57	2.435.653,77

19. Vendas e Prestações de Serviços

As Vendas e Prestações de Serviços nos períodos de 2017 e de 2016 foram como segue:

	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	739.350,09	-	739.350,09	914.545,46	-	914.545,46
	739.350,09	-	739.350,09	914.545,46	-	914.545,46

20. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos Fornecimentos e Serviços Externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	92.909,40	159.795,70
Materiais	2.774,66	15.623,45
Energia e fluídos	48.838,69	62.930,49
Deslocações, estadas e transportes	1.822,10	6,10
Serviços diversos (*)	10.385,83	20.796,94
Seguros	166,56	165,93
Outros Serviços	3.738,80	15.000,09
Comunicação	3.736,38	5.630,92
	156.730,68	259.152,68

21. Gastos com o Pessoal

A repartição dos Gastos com o Pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Remunerações dos órgãos sociais	43.256,71	34.075,29
Remunerações do pessoal	133.790,56	128.341,67
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	39.894,79	36.948,80
Seguros	901,50	694,96
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com pessoal	80,00	960,00
	217.923,56	201.020,72

22. Outros Rendimentos

Os Outros Rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Imputação Subsídios ao Investimento (Nota 14)	221.944	221.944
Outros rendimentos e ganhos	58.606,78	213.274,57
	280.551,25	435.219,04

23. Outros Gastos

Os Outros Gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Impostos	19.712,70	21.199,31
Outros gastos e perdas	21.021,27	48.306,23
	40.733,97	69.505,54

24. Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros, nos períodos de 2017 e de 2016, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	16.139.581,69	-
	16.139.581,69	0,00
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	83.492,46	6.730.997,42
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	101.585,25	124.476,38
	185.077,71	6.855.473,80
Resultados financeiros	15.954.503,98	-6.855.473,80

Na rubrica Outros rendimentos similares encontra-se contabilizado o valor referente aos encargos com as operações swap em virtude da cessão da posição contratual da SMD para a RAM, tendo esta última assumido todos os encargos vencidos e vincendos.

25. Imposto do Exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	2017	2016
Imposto s/ rendimento corrente	-78,28	-608,01
Imposto s/ rendimento diferido	46.608,34	38.613,92
Imposto s/ rendimento do período	46.530,06	38.005,91

O imposto corrente do exercício refere-se apenas à Tributação Autónoma, dado que a empresa em 2017 e exercícios anteriores gerou prejuízos fiscais.

26. Partes Relacionadas

26.1. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sociedade foi considerado de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração auferiu 43.256,71 euros (2016: 34.075,29 euros) de remuneração.

26.2. Honorários do Fiscal Único

Durante o exercício findo em 31.12.2017 os honorários do Fiscal Único foram de 6.000 euros.

26.3. Saldos entre partes relacionadas

	Créditos a receber	Dívidas a pagar	Empréstimos de acionistas
Saldos			
Governo Regional da Madeira	-	-	12.832.231,70 €
SD de Porto Santo	50,37 €	2.546.793,68 €	
SD Norte	-	4.900,89 €	
	50,37€	2.551.694,57 €	12.832.231,70 €

Durante o exercício de 2017 não houve qualquer transação entre as diversas entidades relacionadas.

27. Compromissos / Contingências / Responsabilidades – Garantias prestadas e letras descontadas

À data de 31 de dezembro de 2017 não existem quaisquer outras contingências ou compromissos não registados no Balanço.

28. Dívidas em Mora ao Estado

À data de 31 de dezembro de 2017 não existiam dívidas em mora ao estado.

29. Eventos Subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

30. Proposta de aplicação dos resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício no montante de 12.821.168,54 euros sejam objeto de transferência para resultados transitados para cobrir os prejuízos dos anos anteriores.

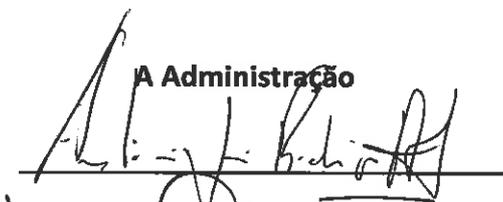
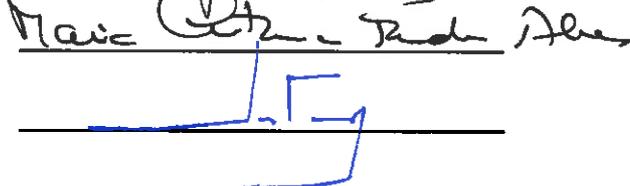
31. Informações exigidas por diplomas legais

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2017, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2017.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Funchal, 1 de março de 2018

A Administração

Maic Costa e Pedro Alves


O Contabilista Certificado


Vera Gomes



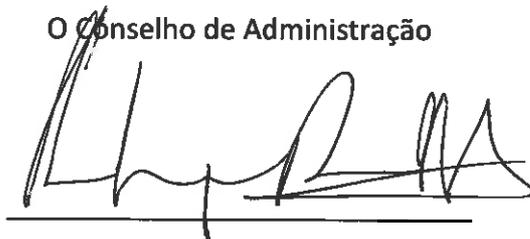
IV. DECLARAÇÕES LCPA

Declaração de recebimentos em atraso

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 22/2015, de 17 de Março (Quarta alteração à Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), declara-se que todos os recebimentos em atraso existentes em 31 de Dezembro de 2017, estão devidamente identificados no quadro anexo, sendo o seu valor global de 1.392.532,15€ (um milhão trezentos e noventa e dois mil quinhentos e trinta e dois euros e quinze cêntimos).

Funchal, 31 de Janeiro de 2018

O Conselho de Administração



(António Abreu)



(Cristina Alves)



(João Nunes)

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Designação Cliente	Montante (EUR)
0000273	2012-01-01	070201	511281951	B M Rest e Conf, Lda	1.812,32
0000274	2012-01-01	070201	511281951	B M Rest e Conf, Lda	2.166,00
0000275	2012-01-01	070201	511281951	B M Rest e Conf, Lda	2.166,00
0000276	2012-01-01	070201	511281951	B M Rest e Conf, Lda	2.226,65
0000277	2012-01-01	070201	511281951	B M Rest e Conf, Lda	2.226,65
0000278	2012-01-01	070201	511281951	B M Rest e Conf, Lda	2.226,65
0000329	2012-01-01	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	294,24
0000330	2012-01-01	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000331	2012-01-01	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000332	2012-01-01	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000333	2012-01-01	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000334	2012-01-01	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000335	2012-01-01	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000336	2012-01-01	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000337	2012-01-01	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000160	2012-01-01	070201	511203756	Eatwell Catering Lda	608,56
0000161	2012-01-01	070201	511203756	Eatwell Catering Lda	383,14
0000162	2012-01-01	070201	511203756	Eatwell Catering Lda	798,23
0000163	2012-01-01	070201	511203756	Eatwell Catering Lda	1.635,37
0000164	2012-01-01	070201	511203756	Eatwell Catering Lda	2.584,34
0000165	2012-01-01	070201	511203756	Eatwell Catering Lda	919,51
0000166	2012-01-01	070201	511203756	Eatwell Catering Lda	102,42
0000265	2012-01-01	070201	511276141	Escala-Silva e Fernandes-Construções Lda	827,54
0000266	2012-01-01	070201	511276141	Escala-Silva e Fernandes-Construções Lda	827,54
0000267	2012-01-01	070201	511276141	Escala-Silva e Fernandes-Construções Lda	834,74
0000268	2012-01-01	070201	511276141	Escala-Silva e Fernandes-Construções Lda	837,52
0000269	2012-01-01	070201	511276141	Escala-Silva e Fernandes-Construções Lda	837,52
0000270	2012-01-01	070201	511276141	Escala-Silva e Fernandes-Construções Lda	837,52
0000271	2012-01-01	070201	511276141	Escala-Silva e Fernandes-Construções Lda	837,52
0000272	2012-01-01	070201	511276141	Escala-Silva e Fernandes-Construções Lda	837,52
0000415	2012-01-01	070201	511150288	Escola Profissional Do Atlântico	439,50
0000389	2012-01-01	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	411,28
0000390	2012-01-01	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000387	2012-01-01	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	578,88
0000301	2012-01-01	070201	511280688	Gabiconfai Lda	468,77
0000302	2012-01-01	070201	511280688	Gabiconfai Lda	468,77
0000303	2012-01-01	070201	511280688	Gabiconfai Lda	468,77
0000304	2012-01-01	070201	511280688	Gabiconfai Lda	468,77
0000305	2012-01-01	070201	511280688	Gabiconfai Lda	468,77
0000253	2012-01-01	070201	511025459	João Gonçalves e Filhos, Lda	503,44
0000254	2012-01-01	070201	511025459	João Gonçalves e Filhos, Lda	503,44
0000377	2012-01-01	070201	509019730	Mar Escuro, Lda	4,64
0000177	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	4.039,35
0000178	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000179	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000180	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000181	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000182	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000183	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000184	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000185	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000186	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000187	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000188	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000189	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000190	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000191	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000192	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000193	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000194	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000195	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000196	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.690,00
0000197	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.775,00
0000198	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.775,00
0000199	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.775,00
0000200	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.775,00
0000201	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.775,00



DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Designação Cliente	Montante (EUR)
0000202	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.775,00
0000203	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.860,00
0000204	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.860,00
0000205	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.860,00
0000206	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.860,00
0000207	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.860,00
0000208	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.860,00
0000209	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.890,16
0000210	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.890,16
0000211	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.890,16
0000212	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.890,16
0000213	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.890,16
0000214	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.890,16
0000215	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.890,16
0000216	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.890,16
0000217	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.890,16
0000218	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	9.890,16
0000219	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.401,72
0000220	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.401,72
0000221	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000222	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000223	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000224	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000225	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000226	2012-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000285	2012-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	10.733,56
0000286	2012-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.083,00
0000287	2012-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.339,80
0000288	2012-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.339,80
0000289	2012-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.339,80
0000290	2012-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.339,80
0000291	2012-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.339,80
0000292	2012-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.339,80
0000293	2012-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.409,10
0000294	2012-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000295	2012-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000296	2012-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000297	2012-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000298	2012-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000299	2012-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000300	2012-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000257	2012-01-01	070201	511269366	PLJ Lda	1.454,24
0000258	2012-01-01	070201	511269366	PLJ Lda	495,90
0000259	2012-01-01	070201	511269366	PLJ Lda	495,90
0000260	2012-01-01	070201	511269366	PLJ Lda	495,90
0000261	2012-01-01	070201	511269366	PLJ Lda	495,90
0000262	2012-01-01	070201	511269366	PLJ Lda	495,90
0000263	2012-01-01	070201	511269366	PLJ Lda	495,90
0000264	2012-01-01	070201	511269366	PLJ Lda	495,90
0000167	2012-01-01	070201	507899482	Sedução de aromas - Restauração, Lda	495,90
0000168	2012-01-01	070201	507899482	Sedução de aromas - Restauração, Lda	3.392,50
0000169	2012-01-01	070201	507899482	Sedução de aromas - Restauração, Lda	3.392,50
0000170	2012-01-01	070201	507899482	Sedução de aromas - Restauração, Lda	2.012,50
0000171	2012-01-01	070201	507899482	Sedução de aromas - Restauração, Lda	2.012,50
0000172	2012-01-01	070201	507899482	Sedução de aromas - Restauração, Lda	2.012,50
0000250	2012-01-01	070201	507899482	Sedução de aromas - Restauração, Lda	2.012,50
0000251	2012-01-01	070201	507899482	Sedução de aromas - Restauração, Lda	2.875,00
0000252	2012-01-01	070201	507899482	Sedução de aromas - Restauração, Lda	2.875,00
0000412	2012-01-01	070201	508186757	Tertulia das Estrelas, Lda	2.875,00
0000008	2012-01-08	070201	511281951	B M Rest e Conf, Lda	348,00
0000009	2012-01-09	070201	511281951	B M Rest e Conf, Lda	1.200,47
0000010	2012-01-10	070201	511281951	B M Rest e Conf, Lda	58,97
0000011	2012-01-11	070201	511281951	B M Rest e Conf, Lda	65,99
0000012	2012-01-12	070201	511281951	B M Rest e Conf, Lda	1.358,24
0000013	2012-01-13	070201	511281951	B M Rest e Conf, Lda	1.362,61
0000014	2012-01-14	070201	511281951	B M Rest e Conf, Lda	2.885,69
0000010	2013-01-28	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	213,41
					1.259,04

Handwritten signature or mark

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Designação Cliente	Montante (EUR)
0000006	2013-01-28	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000009	2013-01-28	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000055	2013-02-05	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000050	2013-02-05	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000054	2013-02-05	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000080	2013-03-02	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000083	2013-03-02	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	411,28
0000088	2013-03-02	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000089	2013-03-02	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000119	2013-04-02	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000122	2013-04-02	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000126	2013-04-02	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000127	2013-04-02	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000154	2013-05-08	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000156	2013-05-08	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000186	2013-05-08	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000164	2013-05-08	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000209	2013-06-24	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000211	2013-06-24	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000224	2013-06-24	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000223	2013-06-24	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000245	2013-07-03	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000244	2013-07-03	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000250	2013-07-03	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000246	2013-07-03	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000270	2013-08-01	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000272	2013-08-01	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000277	2013-08-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000278	2013-08-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000330	2013-10-08	070201	501214534	BANCO BPI, SA	307,65
0000323	2013-10-08	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	2.518,08
0000340	2013-10-08	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	1.737,28
0000327	2013-10-08	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	21.467,12
0000332	2013-10-08	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	2.908,48
0000316	2013-10-08	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	2.528,60
0000367	2013-11-07	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000369	2013-11-07	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000375	2013-11-08	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000384	2013-11-08	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000376	2013-11-08	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	2.440,00
0000412	2013-12-07	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000410	2013-12-07	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000394	2013-12-07	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000404	2013-12-07	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000395	2013-12-07	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	2.440,00
0000005	2013-12-31	070201	509043658	SAUDADE LATINA, LDA	-26.739,06
0000009	2014-01-13	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000015	2014-01-15	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000024	2014-02-06	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000039	2014-02-08	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	21.467,12
0000038	2014-02-08	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	4.880,00
0000040	2014-02-10	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	2.908,48
0000053	2014-02-13	070201	511282303	ASSOCIAÇÃO NÁUTICA DE CAMARA DE LOBOS	400,00
0000065	2014-03-08	070201	511282303	ASSOCIAÇÃO NÁUTICA DE CAMARA DE LOBOS	500,00
0000090	2014-03-08	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	2.518,08
0000075	2014-03-08	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000089	2014-03-08	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000088	2014-03-08	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000081	2014-03-08	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	2.440,00
0000112	2014-04-05	070201	511282303	ASSOCIAÇÃO NÁUTICA DE CAMARA DE LOBOS	500,00
0000126	2014-04-05	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000113	2014-04-05	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000121	2014-04-05	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000130	2014-04-05	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000108	2014-04-05	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	2.440,00
0000144	2014-05-12	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000184	2014-06-16	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	2.518,08




DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Designação Cliente	Montante (EUR)
0000182	2014-06-16	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	1.737,28
0000177	2014-06-16	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000176	2014-06-16	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	2.908,48
0000171	2014-06-16	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	4.880,00
0000196	2014-06-20	070201	511282303	ASSOCIAÇÃO NÁUTICA DE CAMARA DE LOBOS	1.000,00
0000226	2014-07-11	070201	511282303	ASSOCIAÇÃO NÁUTICA DE CAMARA DE LOBOS	500,00
0000221	2014-07-11	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000219	2014-07-11	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000214	2014-07-11	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	21.467,12
0000213	2014-07-11	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000205	2014-07-11	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	2.440,00
0000262	2014-08-05	070201	511282303	ASSOCIAÇÃO NÁUTICA DE CAMARA DE LOBOS	500,00
0000257	2014-08-05	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000259	2014-08-05	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000264	2014-08-05	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000265	2014-08-05	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000240	2014-08-05	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	2.440,00
0000274	2014-09-04	070201	511282303	ASSOCIAÇÃO NÁUTICA DE CAMARA DE LOBOS	500,00
0000292	2014-09-04	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000284	2014-09-04	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000303	2014-09-04	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000283	2014-09-04	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000269	2014-09-04	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	2.440,00
0000310	2014-09-23	070201	510638562	Focusevidence, Lda	366,00
0000318	2014-10-02	070201	511282303	ASSOCIAÇÃO NÁUTICA DE CAMARA DE LOBOS	500,00
0000324	2014-10-02	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000326	2014-10-02	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000332	2014-10-02	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000333	2014-10-02	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000342	2014-10-02	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	2.440,00
0000354	2014-11-04	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000356	2014-11-05	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	2.440,00
0000363	2014-11-12	070201	511282303	ASSOCIAÇÃO NÁUTICA DE CAMARA DE LOBOS	500,00
0000368	2014-11-12	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000373	2014-11-12	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000374	2014-11-12	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000393	2014-12-01	070201	511282303	ASSOCIAÇÃO NÁUTICA DE CAMARA DE LOBOS	500,00
0000398	2014-12-01	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000400	2014-12-01	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000406	2014-12-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000407	2014-12-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000410	2014-12-01	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	2.440,00
0000017	2015-01-01	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000015	2015-01-01	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000009	2015-01-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000008	2015-01-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000029	2015-02-03	070201	511282303	ASSOCIAÇÃO NÁUTICA DE CAMARA DE LOBOS	500,00
0000036	2015-02-03	070201	511282303	ASSOCIAÇÃO NÁUTICA DE CAMARA DE LOBOS	500,00
0000040	2015-02-03	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000042	2015-02-03	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000050	2015-02-03	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000051	2015-02-03	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000069	2015-03-01	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000085	2015-03-07	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000084	2015-03-07	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000083	2015-03-07	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000137	2015-04-08	070201	508775612	DIAS ANIMADOS - UNIPESSOAL, LDA	1.259,04
0000133	2015-04-08	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000119	2015-04-08	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000118	2015-04-08	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000111	2015-04-08	070201	112746063	TUK TUK MADEIRA	240,00
0000163	2015-05-02	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000176	2015-05-02	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000175	2015-05-02	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000188	2015-05-02	070201	112746063	TUK TUK MADEIRA	240,00
0000204	2015-06-06	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000220	2015-06-06	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00



DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Designação Cliente	Montante (EUR)
0000219	2015-06-06	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000217	2015-06-06	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000208	2015-06-06	070201	112746063	TUK TUK MADEIRA	240,00
0000243	2015-07-01	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000251	2015-07-01	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000252	2015-07-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000253	2015-07-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000260	2015-07-01	070201	112746063	TUK TUK MADEIRA	240,00
0000262	2015-07-01	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	2.140,00
0000264	2015-08-01	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000265	2015-08-31	070201	511028210	CASA DO POVO DO PORTO DA CRUZ	976,00
0000287	2015-09-01	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	1.737,28
0000295	2015-09-01	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000306	2015-09-01	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	21.467,12
0000305	2015-09-01	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	2.908,48
0000303	2015-09-01	070201	509151353	PITADA CERTA-EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES, LDA	691,50
0000298	2015-09-01	070201	112746063	TUK TUK MADEIRA	480,00
0000014	2015-09-29	070201	671000985	CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL	-450,94
0000330	2015-10-09	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000336	2015-10-09	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000337	2015-10-09	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000340	2015-10-09	070201	509151353	PITADA CERTA-EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES, LDA	3.788,10
0000345	2015-10-09	070201	112746063	TUK TUK MADEIRA	240,00
0000352	2015-10-13	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000374	2015-11-04	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000375	2015-11-04	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000377	2015-11-04	070201	509151353	PITADA CERTA-EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES, LDA	3.788,10
0000393	2015-11-12	070201	509441556	FILIPA FRANÇA - DOCES TRADICIONAIS, UNIPESSOAL	868,64
0000394	2015-11-12	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000387	2015-11-12	070201	112746063	TUK TUK MADEIRA	240,00
0000023	2015-11-19	070201	112746063	TUK TUK MADEIRA	-240,00
0000422	2015-12-03	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000423	2015-12-03	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000424	2015-12-03	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000426	2015-12-03	070201	509151353	PITADA CERTA-EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES, LDA	3.788,10
0000432	2015-12-03	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	200,00
0000004	2016-01-07	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000022	2016-01-07	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000013	2016-01-07	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000024	2016-01-07	070201	509151353	PITADA CERTA-EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES, LDA	3.788,10
0000003	2016-01-07	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	2.440,00
0000066	2016-02-05	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000065	2016-02-05	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000052	2016-02-05	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000054	2016-02-05	070201	509151353	PITADA CERTA-EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES, LDA	3.788,10
0000062	2016-02-05	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	2.440,00
0000075	2016-03-03	070201	508501482	ONDALIMITE - RESTAURAÇÃO, LDA	1.454,24
0000093	2016-03-07	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000094	2016-03-07	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000103	2016-03-07	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	2.440,00
0000127	2016-04-04	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000128	2016-04-04	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000137	2016-04-04	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	2.440,00
0000143	2016-04-20	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	363,56
0000144	2016-04-20	070201	510209130	ZENREVITALIZA UNIPESSOAL, LDA	1.700,68
0000147	2016-05-03	070201	117086360	ALBERTINO DA SILVA FIGUEIRA JUNIOR	137,94
0000146	2016-05-03	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000164	2016-05-03	070201	511266731	ONDA IBÉRICA ACTIVIDADES TURISTICAS E RECREATIVAS, LDA	10.733,56
0000177	2016-05-06	070201	192404830	LAURENTINA PEREIRA DE FREITAS VIEIRA	1.482,30
0000196	2016-06-02	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000226	2016-07-04	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000259	2016-08-01	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000289	2016-09-05	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000324	2016-10-03	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000352	2016-11-02	070201	155223321	JOSE IVO CORREIA	1.830,00
0000355	2016-11-02	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000389	2016-12-02	070201	155223321	JOSE IVO CORREIA	1.830,00





DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

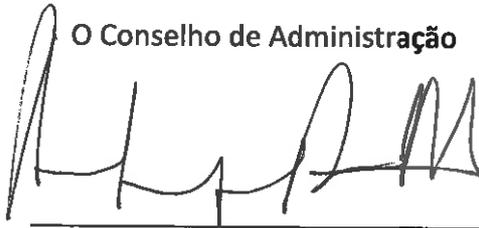
N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Designação Cliente	Montante (EUR)
0000392	2016-12-02	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000018	2017-01-01	070201	155223321	JOSE IVO CORREIA	1.844,82
0000026	2017-01-01	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000035	2017-02-10	070201	155223321	JOSE IVO CORREIA	1.844,82
0000043	2017-02-10	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000075	2017-03-01	070201	155223321	JOSE IVO CORREIA	1.844,82
0000092	2017-03-01	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000132	2017-04-06	070201	508901430	ECO-SYSTEMS A.R.C. UNIPessoal, LDA	62,87
0000111	2017-04-06	070201	155223321	JOSE IVO CORREIA	1.844,82
0000127	2017-04-06	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000170	2017-05-08	070201	508901430	ECO-SYSTEMS A.R.C. UNIPessoal, LDA	184,49
0000149	2017-05-08	070201	155223321	JOSE IVO CORREIA	1.844,82
0000165	2017-05-08	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000185	2017-06-05	070201	155223321	JOSE IVO CORREIA	1.844,82
0000209	2017-06-06	070201	508901430	ECO-SYSTEMS A.R.C. UNIPessoal, LDA	184,49
0000204	2017-06-06	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000242	2017-07-04	070201	508901430	ECO-SYSTEMS A.R.C. UNIPessoal, LDA	184,49
0000220	2017-07-04	070201	155223321	JOSE IVO CORREIA	1.844,82
0000237	2017-07-04	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000280	2017-08-01	070201	508901430	ECO-SYSTEMS A.R.C. UNIPessoal, LDA	184,49
0000287	2017-08-01	070201	155223321	JOSE IVO CORREIA	1.844,82
0000289	2017-08-03	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000314	2017-09-01	070201	508901430	ECO-SYSTEMS A.R.C. UNIPessoal, LDA	184,49
0000321	2017-09-01	070201	155223321	JOSE IVO CORREIA	1.844,82
0000324	2017-09-01	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000329	2017-09-01	070201	210838809	SONIA F. N. TEIXEIRA RODRIGUES PAO	277,37
0000346	2017-10-01	070201	501214534	BANCO BPI, SA	533,17
0000351	2017-10-01	070201	508901430	ECO-SYSTEMS A.R.C. UNIPessoal, LDA	184,49
0000358	2017-10-01	070201	155223321	JOSE IVO CORREIA	1.844,82
0000361	2017-10-01	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000366	2017-10-01	070201	210838809	SONIA F. N. TEIXEIRA RODRIGUES PAO	298,90
0000376	2017-11-02	070201	117086380	ALBERTINO DA SILVA FIGUEIRA JUNIOR	4,41
0000377	2017-11-02	070201	511209690	ALBERTO ABREU SOUSA-SOCIEDADE UNIPessoal, LDA	346,78
0000383	2017-11-02	070201	501214534	BANCO BPI, SA	2.241,04
0000388	2017-11-02	070201	508901430	ECO-SYSTEMS A.R.C. UNIPessoal, LDA	184,49
0000394	2017-11-02	070201	155223321	JOSE IVO CORREIA	1.844,82
0000397	2017-11-02	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000402	2017-11-02	070201	210838809	SONIA F. N. TEIXEIRA RODRIGUES PAO	298,90
0000406	2017-11-02	070201	510411266	VERTENTROPICAL, UNIPessoal, LDA	4.432,49
0000414	2017-12-01	070201	117086380	ALBERTINO DA SILVA FIGUEIRA JUNIOR	550,99
0000415	2017-12-01	070201	511209690	ALBERTO ABREU SOUSA-SOCIEDADE UNIPessoal, LDA	1.346,79
0000419	2017-12-01	070201	509574513	ARM. ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA, SA	106,60
0000420	2017-12-01	070201	511218060	ATLANTICNET, SISTEMAS INFORMÁTICOS, LDA	46,71
0000421	2017-12-01	070201	501214534	BANCO BPI, SA	2.241,04
0000424	2017-12-01	070201	510442315	CATIA POMBO, MEDICINA DENTÁRIA, LDA	676,44
0000428	2017-12-01	070201	511010737	FREITAS AZEVEDO & FERREIRA, LDA	31,04
0000430	2017-12-01	070201	510923208	GOGOAWAY, Lda	157,32
0000432	2017-12-01	070201	510474314	INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL DA MADEIRA, IP-RAM	2.046,37
0000433	2017-12-01	070201	155223321	JOSE IVO CORREIA	1.844,82
0000436	2017-12-01	070201	511244681	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	3.965,00
0000438	2017-12-01	070201	511268769	PINK REAL ESTATE MEDIAÇÃO IMOBILIARIA, LDA	682,83
0000439	2017-12-01	070201	509151353	PITADA CERTA-EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES, LDA	1.904,27
0000441	2017-12-01	070201	210838809	SONIA F. N. TEIXEIRA RODRIGUES PAO	298,90
0000445	2017-12-01	070201	508602238	TODOS PRESENTES, LDA	1.591,47
0000446	2017-12-01	070201	510411266	VERTENTROPICAL, UNIPessoal, LDA	4.432,49
0000447	2017-12-04	070201	511239440	MUNICIPIO DE MACHICO	122,00
0000448	2017-12-04	070201	511239440	MUNICIPIO DE MACHICO	122,00
0000449	2017-12-11	070201	511277750	ADAM ASSOCIAÇÃO DANÇA E ARTES DA MADEIRA	132,00
0000450	2017-12-11	070201	511268769	PINK REAL ESTATE MEDIAÇÃO IMOBILIARIA, LDA	122,00
0000451	2017-12-29	070201	511239440	MUNICIPIO DE MACHICO	366,00
0000452	2017-12-29	070201	511239440	MUNICIPIO DE MACHICO	480,00
0000454	2017-12-29	070201	511239440	MUNICIPIO DE MACHICO	366,00
					1.392.532,15

Declaração de pagamentos em atraso

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 22/2015, de 17 de Março (Quarta alteração à Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), declara-se que todos os pagamentos em atraso existentes em 31 de Dezembro de 2017, estão devidamente identificados no quadro anexo, sendo o seu valor global de 1.119.668,94€ (um milhão cento e dezanove mil seiscientos e sessenta e oito euros e noventa e quatro cêntimos).

Funchal, 31 de Janeiro de 2018

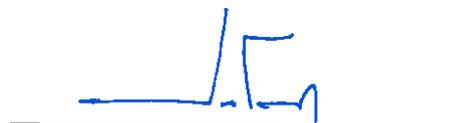
O Conselho de Administração



(António Abreu)



(Cristina Alves)



(João Nunes)

PAH
O

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Nome Fornecedor	Montante (Eur)
6012-0001	2008-09-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	-149,48
6012-0360	2009-07-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	1.665,20
TR000000012	2011-12-31	030502	511113722	Concreto Plano	16.726,82
TR000000015	2011-12-31	030502	511113722	Concreto Plano	59.264,43
TR000000017	2011-12-31	030502	500073791	Construtora Abrantina	174.494,54
TR000000148	2011-12-31	020214	511053096	ECGPlan	8.173,36
TR000000149	2011-12-31	020214	511053096	ECGPlan	11.234,60
TR000000151	2011-12-31	020214	511053096	ECGPlan	8.173,36
TR000000154	2011-12-31	020214	511053096	ECGPlan	8.173,36
TR000000156	2011-12-31	020214	511053096	ECGPlan	8.173,36
TR000000158	2011-12-31	020214	511053096	ECGPlan	8.173,36
TR000000160	2011-12-31	020214	511053096	ECGPlan	8.180,32
TR000000162	2011-12-31	020214	511053096	ECGPlan	8.173,36
TR000000164	2011-12-31	020214	511053096	ECGPlan	8.173,36
TR000000229	2011-12-31	070104	511024517	Elimar, Lda	3.121,13
TR000000230	2011-12-31	070104	511024517	Elimar, Lda	741,07
TR000000231	2011-12-31	070104	511024517	Elimar, Lda	1.919,35
TR000000232	2011-12-31	070104	511024517	Elimar, Lda	579,33
TR000000233	2011-12-31	070104	511024517	Elimar, Lda	4.599,34
TR000000234	2011-12-31	070104	511024517	Elimar, Lda	196,85
TR000000045	2011-12-31	020203	500101531	Etemar	43.030,75
TR000000046	2011-12-31	020203	500101531	Etemar	14.404,34
TR000000203	2011-12-31	020225	507888723	Gonçalves & Gouveia	1.485,96
T000000253	2011-12-31	020121	507899482	La Villa Sedução Aromas	250,00
TR000000161	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	32,06
TR000000162	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	53,40
TR000000163	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	175,43
TR000000164	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	7,50
TR000000165	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	80,11
TR000000168	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	23,29
TR000000169	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	16,27
TR000000170	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	19,78
TR000000171	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	9,25
TR000000172	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	9,25
TR000000173	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	9,25
TR000000174	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	7,61
TR000000175	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	12,93
TR000000176	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	12,93
TR000000177	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	7,61
TR000000178	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	9,38
TR000000124	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	8.937,21
TR000000125	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	3.808,87
TR000000126	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	4.519,36
TR000000127	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	5.762,03
TR000000128	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	4.249,15
TR000000129	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	6.445,08
TR000000130	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	4.726,47
TR000000131	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	4.979,96
TR000000132	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	7.329,15
TR000000133	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	42,68
TR000000134	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	425,74
TR000000135	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	690,06
TR000000136	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	766,52
TR000000137	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	160,81
TR000000138	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	266,92
TR000000139	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	76,18
TR000000140	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	480,02
TR000000141	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	50,49
TR000000142	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	307,74
TR000000143	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	72,80
TR000000144	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	49,10
TR000000145	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	144,50
TR000000146	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	124,86
TR000000147	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	35,73
TR000000148	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	49,10
TR000000149	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	411,58
TR000000150	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	49,14
TR000000151	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	49,10
TR000000152	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	54,21
TR000000153	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	387,98
TR000000154	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	49,10
TR000000155	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	286,50
TR000000156	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	54,21
TR000000157	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	49,10
TR000000158	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	50,83

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Nome Fornecedor	Montante (Eur)
TR00000159	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	240,78
TR00000160	2011-12-31	020201	511244681	Município Santa Cruz	7,50
TR00000216	2011-12-31	020220	189437383	Nelson Filipe Pereira Rodrigues	1.769,33
TR00000222	2011-12-31	020225	511170149	Nossa Cidade, S.A.	109,04
TR00000014	2011-12-31	020220	511024657	Taboada e Barros	228,50
6012-0866	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	17.683,54
TR00000091	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	10.218,94
TR00000092	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	15.689,30
TR00000093	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	12.929,68
TR00000094	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	124.037,79
TR00000095	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	19.048,69
TR00000096	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	2.342,47
TR00000097	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	19.211,94
TR00000098	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	4.125,22
TR00000099	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	2.823,31
TR00000100	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	3.761,44
TR00000101	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	3.212,98
TR00000102	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	2.049,33
TR00000103	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	2.135,15
TR00000104	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	2.064,53
TR00000105	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	2.072,78
TR00000106	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	3.386,80
TR00000107	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	615,89
TR00000108	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	2.567,86
TR00000109	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	2.881,45
TR00000110	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	2.233,45
TR00000111	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	3.247,42
TR00000112	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	1.929,68
TR00000113	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	2.056,59
TR00000114	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	1.961,07
TR00000116	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	1.878,03
TR00000117	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	1.655,44
TR00000118	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	1.689,16
TR00000119	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	1.655,52
TR00000120	2011-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	1.721,59
TR00000123	2011-12-31	070104	500097488	Teixeira Duarte	2.162,01
TR00000204	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	307,80
TR00000205	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	1.083,00
TR00000206	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	1.092,50
TR00000207	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	310,50
TR00000208	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	931,50
TR00000209	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	310,50
TR00000210	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	931,50
TR00000211	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	310,50
TR00000212	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	1.092,50
TR00000213	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	310,50
TR00000214	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	310,50
TR00000215	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	931,50
TR00000216	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	310,50
TR00000217	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	1.092,50
TR00000218	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	1.092,50
TR00000219	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	310,50
TR00000220	2011-12-31	020220	511077963	Tulipa	931,50
6/2012	2012-01-03	030502	511065809	Lismarca	33,27
6012-0900	2012-01-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	8.239,68
6012C-0091	2012-01-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	10.104,77
6012C-0013	2012-02-29	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	7.708,08
6012C-0048	2012-03-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	8.290,84
6012C-0065	2012-04-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.778,81
6012C-0113	2012-06-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.778,81
6012C-0141	2012-07-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	10.104,77
6012C-0162	2012-08-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	10.104,77
6012C-0181	2012-09-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	10.209,52
6012C-0202	2012-10-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	10.740,57
66/12	2012-11-07	030502	511053096	Ecoplan	5.969,27
67/2012	2012-11-27	030502	511065809	Lismarca	15,88
6012C-0219	2012-11-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	11.760,74
1	2012-12-31	030502	511284500	Gaudencio & Gouveia	1.950,06
6012C-0239	2012-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	14.592,01
12/2013	2013-04-30	020220	511124201	Imapo Express	1.098,00
16/2013	2013-05-29	020220	511124201	Imapo Express	1.098,00
6012C-0116	2013-05-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.962,27
1300026	2013-06-05	030502	511023251	Masel Otis	26,29
6012C-0139	2013-06-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.640,91
6012C-0168	2013-07-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.640,91



DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

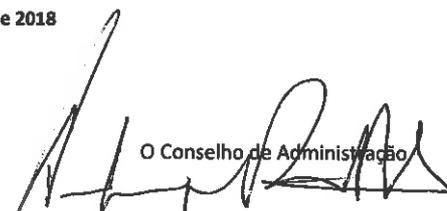
N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Nome Fornecedor	Montante (Eur)
27/2013	2013-08-29	020220	511124201	Imapo Express	1.098,00
6012C-0190	2013-08-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.640,91
6012C-0214	2013-09-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.329,91
6012C-0238	2013-10-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.640,91
6012C-0262	2013-11-29	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.329,91
34/2013	2013-12-31	020220	511124201	Imapo Express	1.098,00
712/13	2013-12-31	020220	511032579	Sicaprep	225,70
6012C-0282	2013-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.640,91
6012C-0305	2014-01-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.319,55
6012C-0338	2014-02-28	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	8.417,66
FCN14002677	2014-04-01	030502	511023251	Masel Otis	-289,16
6012C-0351	2014-04-29	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.319,55
6012C-0366	2014-05-21	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.018,92
6012C-0388	2014-05-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.319,55
6012C-0401	2014-06-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.018,92
6012C-0421	2014-07-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.191,00
6012C-0442	2014-08-29	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.191,00
6012C-0457	2014-10-23	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	8.894,52
6012C-0481	2014-10-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.191,00
6012C-0503	2014-11-28	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	8.894,52
6012C-0524	2014-12-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.191,00
FJM 2015/8	2015-01-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.062,46
NC 2015/1	2015-01-31	020220	511124201	Imapo Express	-1.587,71
FJM 2015/23	2015-03-19	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	8.185,44
FJM 2015/32	2015-04-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.062,46
FJM 2015/39	2015-04-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	8.770,12
FJM 2015/56	2015-05-29	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.062,46
NCJM 2015/1	2015-08-25	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	-50.877,67
FJM 2015/71	2015-06-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	8.770,12
FJM 2015/86	2015-07-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.062,46
FJM 2015/101	2015-08-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	9.062,46
FJM 2015/119	2015-09-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	8.770,12
NCJM 2015/4	2015-10-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	-12.143,46
2016/5	2016-02-11	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	5.108,08
2016A1/7844	2016-03-21	030502	500101531	Etemar	18.418,43
2016/31	2016-03-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	7.513,79
2016/32	2016-04-29	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	755,98
2016/45	2016-05-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	781,18
2016/66	2016-06-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	755,98
2016/67	2016-07-29	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	775,64
2016/89	2016-08-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	775,64
2016/100	2016-09-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	750,62
2016/111	2016-10-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	775,64
FJM2016/123	2016-11-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	750,62
2016/134	2016-12-30	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	775,64
FJM2017/10	2017-01-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	775,64
FJM2017/21	2017-02-28	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	700,58
FJM2017/32	2017-03-31	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	775,64
FJM2017/43	2017-05-02	030502	511099177	Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.	450,37
					1.119.668,94

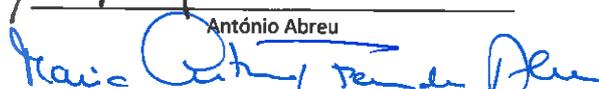
Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31/12/2017 (artº 15º, nº1,a)

Nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 22/2015, de 17 de Março (Quarta alteração à Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), declara-se que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro último se encontram devidamente registados na base de dados do Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP), pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante (Eur)
2018	10.315.733,46
2019	10.257.105,62
2020	9.467.263,97
2021	9.518.275,03
2022	9.553.036,57
2023	9.565.117,61
2024	9.553.127,70
2025	9.514.459,70
2026	9.447.830,07
2027	9.359.056,30
2028	9.252.846,65
2029	9.134.199,93
2030	9.010.140,99
2031	7.054.403,05
2032	4.552.686,41
2033	597.756,69
Total	136.153.039,75

Funchal, 31 de Janeiro de 2018


O Conselho de Administração
António Abreu


Cristina Alves


João Nunes